

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de fevereiro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Passo à leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Alan Castro comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na sessão

do dia 12/02/15.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, inicialmente, queria parabenizar o presidente desta Casa, parabenizar todos os parlamentares, parabenizar todos que já deram demonstração de que, nesta Legislatura, apreciaremos os projetos de nós, parlamentares. Não tenho dúvida de que nós poderemos, ao apreciar os nossos projetos, ajudar a Bahia cada vez mais.

Costumo dizer que a questão da segurança pública em nosso Estado, hoje, preocupa todos os baianos. Não conseguiremos avançar nem resolver o problema da segurança pública com um projeto apenas. Acho que cada projeto de parlamentar ou, até, do Poder Executivo, que chegue a esta Assembleia para dificultar as ações dos criminosos, ajudará a Bahia a sair da atual situação em que se encontra. Já falei e reafirmo que acredito na capacidade do nosso secretário da Segurança Pública, Maurício Barbosa, um jovem talentoso e competente, deputado Rosemberg Pinto.

Ao mesmo tempo, o governo precisa aumentar os investimentos na área da segurança pública. O número de crimes deixa assustado todos nós, os parlamentares. Segundo os dados do Sindicato dos Bancários, na Bahia, de janeiro de 2014 até esta quarta-feira, foram 150 assaltos a caixas eletrônicos e a bancos no Estado da Bahia. Esse fato deixa a nossa população muito desconfortável para visitar um banco.

Eu faço política no Norte do Estado, especificamente, no Vale do São Francisco e no Sertão do São Francisco, como assim também é conhecido. Venho, hoje, convidar os colegas parlamentares a olharmos juntos para a cidade de Campo Alegre de Lourdes. A cidade está abandonada, melhor, completamente abandonada por parte do governo do Estado da Bahia.

No ano de 2013, vim a esta tribuna e bradei por conta de que a única agência do Banco do Brasil nesse município havia sido assaltada. Passaram-se 60 dias desse fato e o banco ficou sem voltar a abrir as suas portas, justamente por não se sentir seguro. O município não oferecia a segurança necessária para que o banco pudesse receber os seus clientes.

Para a nossa tristeza, anteontem, deputado Carlos Geilson, o Banco do Brasil de Campo Alegre de Lourdes voltou a ser assaltado. Se, em 2013, aquela cidade passou 60 dias sem banco, eu, agora, já começo a ficar assustado por entender que, mais uma vez, aquela população pode ficar desassistida.

Meu amigo e deputado Zó é, também, filho daquela região e ele é bem votado lá. Deputado Luciano Simões Filho, precisamos nos unir para chamar a atenção do Estado para aquele município.

Na visão do governo, aquele é um município que nem parece baiano, porque, lá, não há estrada de qualidade, não há água de qualidade; e a segurança pública não existe. Entrei em contato com alguns agentes da polícia do município e eles me afirmaram que se a prefeitura não ajudar a polícia a parar de vez com esses

acontecimentos, ficará muito difícil.

Os filhos de Campo Alegre de Lourdes são, também, filhos da Bahia e já estão sem estrada de qualidade, sem água de qualidade e, agora, estão sem banco, porque a segurança pública, lá, já não existia.

Acho que é um dever do Poder Legislativo reintegrar a cidade de Campo Alegre de Lourdes ao Estado da Bahia, porque, hoje, os filhos dessa cidade estão, completamente, desassistidos.

A segurança pública está um caos na Bahia. Isso é fato. Em Campo Alegre, está pior ainda. Precisamos olhar com carinho para essa cidade. Tenho certeza de que os deputados Zó, filho daquela região, e Luciano Simões Filho, também bem votado lá e tantos outros, ajudarão porque, em período eleitoral, visitam Campo Alegre de Lourdes para buscar votos. Chegou a hora de nos unirmos para dar uma verdadeira contribuição ao município de Campo Alegre de Lourdes.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Targino Machado. Por favor, cite o artigo, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Não é questão de ordem, nem de desordem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- E é questão de quê, caro deputado?

O Sr. Targino Machado:- Quero usar os 10 minutos que me defere o Regimento Interno, no seu art. 31, § 1º, que permite ao Líder uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª é Líder, deputado?

O Sr. Targino Machado:- Sou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Do DEM?

O Sr. Targino Machado:- Sou o Líder do Bloco da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vice-Líder?

O Sr. Targino Machado:- É.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com muita honra.

O Sr. Targino Machado:- V.Exª está sedento, apesar da amizade fraterna que me une a V.Exª, para cassar a minha fala.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Jamais, deputado. Ouvir V.Exª é, sempre, ótimo. Ontem, V.Exª passou uma mensagem que faria um discurso *light* e imagine...

O Sr. Targino Machado:- E o fiz.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Imagine se fosse duro?! (Risos.)

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, há um problema com o *blog* “*Por escrito*”, cujo seu editor é Luís Augusto Gomes, nativo desta Casa, oriundo da taquigrafia, figura querida dos Srs. Deputados, haja vista ter sido premiado por 5 vezes pelos Srs. Deputados.

O citado *blog* “*Por escrito*” presta relevantes serviços a esta Casa Legislativa

ao divulgar, como poucos, as atividades deste Parlamento. Ocorre que o multicitado *blog* “*Por escrito*” foi “raqueado”, agora, pela terceira vez. A segunda vez foi no dia 19 de fevereiro e ficou fora do ar até o dia 23, segunda-feira passada. Hoje, novamente, encontra-se fora do ar, já que novamente foi “raqueado”. Isso fere direitos, viola a liberdade de imprensa e causa prejuízos à divulgação das matérias desta Casa Legislativa.

Venho solicitar a V.Ex^a, dentro dos limites legais, empreender esforços junto às autoridades estaduais para as devidas providências. Considerando que o cidadão comum, apesar de jornalista e respeitado como Luís Augusto, encontra-se impotente e sem saber o que fazer no sentido de adotar as providências cabíveis.

Assim, V.Ex^a, creia, preservará interesses desta Casa, porque, enquanto permanecer fora do ar o *blog* “*Por escrito*”, este Parlamento perderá.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, se V.Ex^a me permite, não entendi o primeiro pedido.

O Sr. Targino Machado:- É que o *blog* “*Por escrito*”, do Luís Augusto, jornalista premiado por cinco vezes nesta Casa, encontra-se, novamente, “raqueado” pela terceira vez. A segunda vez ficou fora do ar de 19 a 23/02/15. Conseguiu colocar no ar e amanheceu, hoje, novamente “raqueado”. Ele encontra-se impotente para resolver o problema.

E o prejuízo não é do Luís Augusto, mas é desta Casa, porque este *blog* faz a divulgação do Parlamento como poucos.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu quero pedir e encarecer V.Ex^a para que emprestasse uma assessoria, através da Casa, para ver o que fazer para evitar esse tipo de lesão ao direito, inclusive que fere direitos, até constitucionais, fere a lei no tocante a cerceamento da fala, fere direitos da Imprensa, e portanto, quero encarecer isso a V.Ex^a.

Por outro lado, quero dar ciência a esse Parlamento que o Consórcio Estaleiro Paraguaçu vai encerrar as suas atividades no próximo sábado. Perderá o Estado da Bahia, deputado Rosemberg, V.Ex^a que foi votado por lá, perderá a minha querida Maragogipe, esta em especial, assim como todos os municípios da região, bem como os funcionários, que já vêm sendo demitidos gradualmente das obras do Consórcio Estaleiro Paraguaçu, localizado no distrito de São Roque do Paraguaçu, município de Maragogipe-Ba.

Isso está ocorrendo, deputado Rosemberg, e aí não agrada a V.Ex^a, em função da roubalheira que se instalou na Petrobras, patrocinada pelo PT e Partidos aliados, no escândalo conhecido como Petrolão, numa analogia ao Mensalão, e que está sendo apurado pela Polícia Federal na Operação Lava Jato. Inclusive, três empresas que participam do empreendimento, a OAS, UTC e Odebrecht, estão sendo investigadas, inclusive com dois presidentes dessas empresas detidos, presos pela Operação Lava Jato.

Pois é, Sr. Presidente, papagaio come milho, periquito leva fama. Os políticos roubam, roubam, se encastelam naquela empresa, roubam descaradamente a Petrobras e Maragogipe, a Bahia, o Brasil e o seu povo vão pagar a conta. Aliás, a

grande Petrobras, deputado Rosemberg, que tanto orgulho já trouxe a todos nós, a V.Ex^a, que tanto orgulho e satisfação já trouxe para o Brasil, na era anterior ao PT, estando no rol das 10 maiores empresas do mundo, a Petrobras, hoje foi rebaixada, humilhada por transformar-se no maior exemplo de corrupção do universo. Corrupção sempre existiu no Brasil, não foi o PT que criou a corrupção, e nisso eu tenho que concordar com o que V.Ex^{as} dizem, e o ex-Presidente Lula era notório em dizer, que o Brasil foi redescoberto, e tudo o que aqui existe foi criação do PT. E eu quero concordar que, realmente, foi. Tudo, se não foi criado, foi ampliado pelo PT, porque no presente nada se cria, nada se transforma.

Mas a corrupção sempre existiu anteriormente à Era Cristã, é mais velha a corrupção no mundo do que a profissão mais antiga, talvez tenham até surgido juntas, mas essa praga, que existe anterior à Era do Cristianismo, e creio que continuará existindo na dependência da tolerância dos eleitores com esses políticos ladrões. Como disse ontem, os eleitores é que precisam tomar juízo, vergonha na cara e entender que não adianta mudar as coleiras, tem que mudar os cachorros.

O problema, de fato, é que nunca houve no mundo um exemplo de corrupção da magnitude desta, que o PT impôs ao povo brasileiro. E eu estou vendo esta Casa silente.

Será, Sr. Presidente, que todo mundo está consciente que vai dar o fechamento do Consórcio Estaleiro Paraguaçu? Se não me engano - eu recorro ao deputado Rosemberg - já com 7 sondas contratadas no preço médio de R\$1 bilhão, isso que era para o pré-sal. Aí, eu lhe pergunto: quem pagará essa conta, já que nem o dinheiro que foi surrupiado será pago?

Deputado Luciano, que é advogado, esse é um crime de efeito continuado, porque roubam, roubam, roubam, ficam rico, desviam o dinheiro, mandam para os paraísos fiscais. O prejuízo não foi só o roubo. O prejuízo é continuado, porque a Petrobras está quebrada. Agora, se a presidente Dilma quiser levantar a Petrobras terá que injetar dinheiro. E se injetar dinheiro, comprometerá mais as finanças do estado brasileiro. E aí, aumenta-se combustível, fazendo caminho inverso ao que se faz no resto do mundo, petróleo baixando o seu preço. O mundo inteiro baixando o preço do combustível ao consumidor. E só no Brasil o combustível aumenta, como aumenta a energia.

Agora, inventaram bandeira vermelha que tanto tem infelicitado o Brasil. Hasteada no Palácio do Planalto em Brasília, a bandeira vermelha do PT, agora infelicita a todos, dos mais ricos aos mais pobres através do aumento infame do custo da energia elétrica. Eu me pergunto: quando é que acaba isso, pelo amor de Deus!?. A inflação será debelada quando? Em janeiro já foi mais de 1%. Se continuar nesse patamar, já, já estaremos com a inflação superior a 2 dígitos. E aí, quem pagará essa conta? É o PT? Não. Esses Líderes do PT parecem que têm um saco maior do que o de papai noel. Fico imaginando que o saco é tão grande que eles sentam no saco e ficam balançando as pernas – se divertindo com o povo brasileiro e a sua miséria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sr. Deputado, primeiro o seguinte: não

vi comunicação inadiável nenhuma.

O Sr. Targino Machado:- Não viu?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Veja bem, tudo bem. V.Ex^a usou dizendo que era uma comunicação inadiável e não era comunicação inadiável. Não era comunicação inadiável.

O Sr. Targino Machado:- Não era comunicação inadiável?!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Primeiro que V.Ex^a não pode discutir com o presidente. Eu ouvi V.Ex^a atentamente e gostaria que o meu querido amigo me ouvisse. Primeiro o seguinte: eu não vi comunicação inadiável. Eu vou propor como projeto do presidente, que vou levar para a Mesa e trarei para o Plenário para suspender essa comunicação inadiável.

Deputado, não há sentido. Nós estamos organizando a Casa. As pessoas chegam às 14h aqui e se inscrevem no Pequeno Expediente, e a pessoa pede uma comunicação inadiável tendo o tempo todo ali.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a V.Ex^{as}.

Veja bem, não é uma comunicação inadiável. Discutir Petrobras, não é uma comunicação inadiável. Não é um assunto urgente urgentíssimo que seja necessário interromper o Pequeno Expediente. Eu vou propor a suspensão com todo o respeito aos deputados, exceto...

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a tem todo o direito de pedir a questão de ordem.

(...) se fizermos um acordo aqui como já fizemos no passado. Nós fizemos no passado um acordo aqui para não ter comunicação inadiável. É óbvio que não é uma comunicação inadiável. Denunciar a Petrobras não é uma comunicação inadiável. É um assunto que já vem se discutindo há meses e meses.

Deputado, V.Ex^a sabe que eu tenho um apreço, um respeito... Agora, vamos organizar. Não é justo que o deputado chegue cedo para se inscrever no Pequeno Expediente e um deputado pede uma comunicação inadiável.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concederei.

Então, vejam bem o seguinte: ou se faz um acordo de liderança para não ter comunicação inadiável, como nós já fizemos nesta Casa. Inclusive, quando eu era deputado de Oposição, foi feito um acordo para não haver comunicação inadiável, exceto quando for comunicação inadiável de fato. Agora, comunicação para denunciar a Petrobras não é comunicação inadiável. Comunicação para denunciar que um *blog* ou um *site* foi "raqueado" não é uma comunicação inadiável. Então peço vênha a V.Ex^a para propor um acordo de Lideranças para que não tenhamos comunicação inadiável aqui, senão a Casa vai parar. Já pensou se cada deputado tiver

uma comunicação inadiável?

Então V.Ex^{as} hão de convir que temos que usar o bom senso. Eu estou querendo usar o bom senso. Se houver um acordo de Lideranças eu aceito, agora, se não tiver eu tenho o direito de propor.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Questão de ordem para o deputado Paulo Rangel, por favor.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, inclusive, citando aqui o artigo...

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Que artigo?

O Sr. Paulo Rangel:- Artigo 44 do Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Paulo Rangel:- Eu tive o cuidado, com os meus pares do PT, de observar a Constituição do Estado naquilo que se refere à função da Assembleia Legislativa da Bahia e o Regimento Interno, inclusive, observando aqui a função de cada organismo que compõe a Mesa Diretora da Assembleia.

E para a minha surpresa, um deputado que se coloca sempre como regimentalista nesta Casa, um deputado, inclusive, que tem feito um discurso moralista, propõe a Assembleia Legislativa prestar assessoria ao ente privado que o *blog Por Escrito*, inclusive sou leitor, mas lendo a Constituição, deputado Carlos Geilson, e lendo também o Regimento Interno, não consta. Está-se propondo uma irregularidade, a Assembleia Legislativa da Bahia prestar assessoria a um *blog* privado, deputado Rosemberg, que foi "raqueado". Acho que essa vai, realmente, para os anais dos grandes absurdos já propostos aqui na Assembleia Legislativa da Bahia.

O deputado tem se preocupado demais com o petróleo e está faltando tino. Porque imagina, V.Ex^a, deputado Marcelino Galo, se a Assembleia Legislativa for agora prestar assessoria a todas as instituições privadas que atuam nesta Casa que se sintam lesadas.

Então é uma pena que isso esteja acontecendo. Acho até que é falta do que fazer. É falta até do que pensar. Fala-se tanto em moralização da atividade política e se propõe um absurdo desse. Imagina se V.Ex^a permite, V.Ex^a poderia ser processado. V.Ex^a que é um homem probo, iria ter que responder na Justiça por um ato que, inclusive, seria motivo para criar um folclore, porque isso é entrar para folclore da política baiana.

Então eu lamento. Acho que o deputado Targino Machado tem que se concentrar melhor mesmo, tem que pensar, porque é um deputado preparado. Já ouvi nesta Casa intervenções brilhantes do deputado, principalmente no meu primeiro mandato. Mas, infelizmente, o deputado manda sentar no saco e abrir as pernas em plena Assembleia Legislativa da Bahia. Quer dizer, as coisas estão chegando numa situação que é preciso, realmente, rever a questão de ordem, concordo com V.Ex^a.

Não é possível que um deputado não saiba o que é inadiável nesta Casa. Todos aqui fizeram um mínimo de interpretação de texto, ou até quem não fez. Concorde com V.Ex^a que não podemos usar o instrumento da questão de ordem para atrapalhar os serviços desta Casa.

E, diga-se de passagem, esse pinga-fogo que existe aqui é de importância

muito grande, é muito saudável. Ele dá vida à Casa.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o nosso registro. Sei que V.Ex^a é um homem inteligente, mas se for o caso, acho que V.Ex^a deveria consultar a Procuradoria da Casa para ver se realmente está na função da Assembleia Legislativa da Bahia prestar assessoria a algum ente privado.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Eu escutei V.Ex^a atentamente...

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele pediu primeiro.

O Sr. Sandro Régis:- Cedo ao deputado Targino Machado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, quero inicialmente protestar porque estou vendo aqui o deputado Paulo Rangel como um litigante temerário, um litigante de má-fé, inclusive induzindo a presidência a erro. Onde foi a questão de ordem dele no artigo 44? O Artigo 44 diz: são atribuições do 1º Secretário, além de outras previstas neste Regimento. Ele está debochando desta Casa e debochando de V.Ex^a e induzindo V.Ex^a a erro. Ele esqueceu o aparelho de audição em casa e esqueceu os óculos, por isso está atordoado desse jeito. Ele disse que ontem eu fiz um discurso moralista. Graças a Deus, eu posso fazer um discurso moralista porque não estou contaminado pelo petróleo, ele disse que a minha cabeça só tem petróleo. Na cabeça de todo brasileiro só tem petróleo mesmo para pagar as contas.

Sr. Presidente, pedi a V.Ex^a na comunicação inadiável, que está aqui por escrito, e quero reiterar, não me dirigi, não pedi assessoria da Assembleia Legislativa. Disse: venho solicitar, encarecer a V.Ex^a, dentro dos limites legais, possa empreender esforços junto às autoridades do Estado e as devidas providências para impedir esse tipo de crime perpetrado contra um ente da imprensa, que tanto serviço nos presta. Agora, quanto ao saco e o balançar das pernas, quem sabe disso é o deputado Paulo Rangel. O que eu falei aqui, ele consulte depois. Aliás, o deputado Paulo Rangel, como não tem o que fazer, não tem o que falar, porque não pode ir para aquela tribuna defender a Petrobras, não pode porque é ente, é parceiro do crime, esse é um crime continuado. Se fosse o lado de cá que tivesse perpetrado esse crime, seria uma revolução. Deputado Paulo Rangel, pelo amor de Deus, se o senhor fuma, não fume; se alguém fuma aqui, não acendam um palito de fósforo nas imediações onde eu estiver, porque está tudo contaminado pelos agentes inflamáveis que advêm do petróleo.

Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a não desse o mesmo tratamento a outros porque estará ferindo o direito. Não precisa a Mesa se reunir para dizer o que vai fazer com a questão de ordem porque está aqui previsto no Regimento, e o Regimento é maior do que a Mesa. Só quem pode mudar esse Regimento é o Plenário desta Casa e não a Mesa Diretora. A Mesa Diretora tem que ler o Regimento e se

adequar a ele. V.Ex^a não pode dizer que vai propor ao Plenário a mudança do Artigo 33. Está aqui. Eu não posso submeter a V.Ex^a prerrogativas do Líder, que é propôr questão de ordem e comunicação inadiável.

Fiz a comunicação inadiável também para pedir providências desta Casa pelo crime perpetrado contra a Bahia. O estaleiro de São Roque do Paraguaçu está sendo fechado. Se V.Ex^a não visitou ainda aquele lugar, vale a pena visitá-lo, porque é a maior obra em curso do Brasil. São, contratadas pela Petrobras, 6 sondas, pelo valor médio de R\$ 1 bilhão, que a Bahia está perdendo. Não é, deputado Rosemberg Pinto?

Quero dizer a V.Ex^{as} que quem motivou esta questão de ordem foi o deputado Paulo Rangel, não fui eu. Porque não estou fazendo questão de ordem. Eu estou seguindo a trilha dele e contraditando a questão de ordem, que foi uma questão de desordem. Respeito com a Presidência desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, minha questão de ordem será meramente fundamental. O nosso Regimento diz no art. 33: “São prerrogativas do Líder: usar da palavra em qualquer fase da sessão, por 10 minutos, para fazer uma comunicação inadiável sempre que não haja orador na tribuna”. Eu estava ausente do Plenário e o deputado Targino Machado, como meu Vice-Líder, usou a prerrogativa de Líder para fazer sua comunicação inadiável dele, sendo que não havia ninguém na tribuna.

Concordo com V.Ex^a sobre disciplinarmos a comunicação inadiável. Criarmos regras para disciplinarmos, mas não para acabarmos; até porque está no Regimento. Então, nem eu, como Líder, nem V.Ex^a como presidente, também o deputado Zé Neto, temos a capacidade, deputado Rosemberg Pinto, de extinguir a comunicação inadiável.

Solicito a V.Ex^a— por esta Casa ser composta por 63 deputados, que usemos o bom senso e disciplinemos a matéria, para que as sessões ocorram com naturalidade, e que todos possam ter seus direitos.

E outra coisa que V.Ex^a falou: não é qualquer deputado! Só quem pode fazer a comunicação inadiável é o Líder ou o Vice-Líder no exercício da Liderança.

Então, Sr. Presidente, a minha questão de ordem é apenas para sugerir a V.Ex^a que sente com a Mesa Diretora, com os Líderes, para disciplinarmos a questão da comunicação inadiável, e não suspendê-la, porque isso está no Regimento, e é um direito atribuído aos Líderes e aos Vice-Líderes no exercício da Liderança.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados Sandro Régis, Targino Machado e Paulo Rangel, eu não disse, em nenhum momento, que acabarei. Eu disse que a solicitação do deputado Targino Machado não é uma comunicação inadiável, na minha visão. E que nós, parlamentares, temos de usar o bom senso para evitarmos. Não é justo que a pessoa se inscreva no Pequeno Expediente, como ocorreu, e perca o Pequeno Expediente por uma comunicação inadiável que não é inadiável. Tanto não é inadiável que está em todos os *sites* do Brasil a paralisação do estaleiro.

O Sr. Sandro Régis:- Vamos disciplinar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concordo com V.Ex^a. Quando eu falei em acabar, é se não usarmos o bom senso. Inclusive, eu não tenho poder para acabar. Eu disse que ia propor a extinção, e eu tenho direito de propor. Se o Líder pedir uma comunicação inadiável toda hora, termina a sessão.

Faço um apelo. Já houve aqui, há muito tempo, um acordo de Lideranças para dispensa de comunicação inadiável, exceto quando realmente for uma comunicação inadiável, como a comunicação de uma morte, de um fato qualquer de que o Plenário tomasse conhecimento naquele momento.

Deputado Sandro Régis, V.Ex^a foi feliz. Faço um apelo a todos os Líderes e a Vice-Líderes para que suspendam o expediente de comunicação inadiável. Porque comunicação inadiável é para que o Plenário tome conhecimento de um fato. Se todos já sabem, não é inadiável.

O deputado Targino Machado, que é um grande tribuno, pode ter certeza de que na tribuna ele fica mais à vontade do que sentado, numa questão de ordem. O discurso de V.Ex^a geralmente é ouvido pela Casa. Não tem por que V.Ex^a pedir questão de ordem, comunicação inadiável, porque quando V.Ex^a vai à tribuna, eu gosto, porque todos prestam atenção, já que V.Ex^a é um grande tribuno.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, para não me alongar mais nesse tema, devo dizer que o instrumento da comunicação inadiável é muito pouco utilizado neste Parlamento. Não vejo sentido V.Ex^a propor a retirada desse instrumento, que é um direito regimental de todos os parlamentares, já que é muito pouco utilizado neste Parlamento. E mais, às vezes, realmente, necessário, como no caso de um falecimento ou de uma necessidade de se fazer uma comunicação inadiável.

Somente hoje o deputado Targino fez uso da comunicação inadiável. Acho que V.Ex^a tem razão ao pedir o bom senso dos Srs. Parlamentares para que usem esse instrumento, realmente, na hora que tiverem necessidade da realização de uma comunicação inadiável. No meu entender, acho que não deve retirar esse instrumento legal, regimental e direito de todos os Parlamentares, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Adolfo.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Ângela, deputada Luiza Maia, esta Casa sabe do meu posicionamento nos meus mandatos. Sou do PSD, trabalhei na campanha do então candidato Rui Costa – graças a Deus, atual governador – como poucos parlamentares desta Casa, inclusive dando apoio a prefeitos do PT que naquela época não acreditavam no sucesso.

Quero dizer isso porque, às vezes, sou criticado por algumas posições dos meus pronunciamentos aqui desta tribuna. Ora, isso é natural, tenho o direito, mesmo fazendo parte, com muita honra, desse projeto do saudoso governador Wagner – hoje

ministro – e do hoje amigo, governador Rui Costa, eu tenho direito de discordar de algumas posições do PT.

Eu, por exemplo, não concordo, e ontem falava sobre isso, deputada Luiza Maia, com alguns benefícios. E são vários! Em 5 minutos não dá para discutir essas mudanças que o governo quer fazer, que todos os políticos e todos os partidos sabem que são necessárias. Claro, não só essas, não só a mudança do seguro desemprego, já que hoje ninguém quer trabalhar com carteira assinada, prefere ficar recebendo esse seguro, fato que está sangrando os cofres do Brasil. E estamos vendo todos atordoados com a crise instalada, a inflação voltando. E o que eu disse ontem, foi que a todos os partidos, indistintamente, PMDB, PP, enfim, a maioria quer ver o circo pegar fogo, para desgastar mais o PT. Não estão preocupados com o País, que passa por uma série de dificuldades. A crise nas grandes empresas com demissões; vemos o fechamento dessa grande obra do governador Wagner, através da presidente Dilma, que é o estaleiro, e de muitas outras obras.

Mas eu discordo, também, deputado Rosemberg, do tratamento da diplomacia brasileira implantada neste período acobertando um incompetente ditador, o presidente da Venezuela, que prende qualquer um que se diz como oposição, como prendeu o prefeito de Caracas. E o nosso governo brasileiro calado. Eu não concordo. É por isso que o Brasil está perdendo a moral perante as grandes nações deste mundo, acobertando um ditador que, em pleno século XXI, que prende arbitrariamente todos que lhe são oposição. Imagine se tivéssemos isso no Brasil.

Então, são várias coisas. Eu concordo, deputada Luiza Maia, que os empresários também têm de pagar as contas. Não é justo o Brasil precisando de tanta coisa na área educacional, na área da saúde, e os banqueiros ganhando praticamente 1 bilhão por mês neste País. O Itaú teve mais de 15 bilhões de lucro. O Bradesco por aí.

Eu digo sempre que o ex-presidente Fernando Henrique foi o pai dos bancos, dos banqueiros, o Lula foi o avô, que é pai duas vezes.

Não é possível. Todos nós sabemos que banco é para ter lucro, que são agiotas oficiais em qualquer parte do mundo, mas não é admissível que num país como o nosso os bancos ganhem essa fortuna, que não ganham em nenhum país do mundo. Tanto é que, para o Santander, banco com matriz na Espanha, a operação mais lucrativa é no Brasil, e ele tem poucos anos no Brasil.

O Fies, deputada Luiza Maia, precisa mudar. Hoje virou uma indústria de faculdade, em qualquer pé de pau no interior todo mundo diz que é pós-graduado, é mestrado para lá, mestrado para cá. E numa redação do Enem, vou concluir deputado, mais de 500 mil alunos tiraram zero. Mas hoje todo mundo é pós-graduado, mestre, porque virou uma indústria, não tem exigência. Mas agora, presidente, está tendo reação dos deputados de alguns partidos que não querem que haja mudanças. E o rombo aumentando a cada dia. Qualquer aluno hoje que tira qualquer nota, tem direito ao Fies, ninguém paga; é essa a situação do Brasil.

Concordo com a presidenta Dilma quando ela quer mudar. Infelizmente, as medidas estão sendo tardiamente tomadas. Em Brasília o PMDB não quer aprovar, o PP não quer aprovar porque querem mais ministérios. Não estão pensando...

O Sr. Paulo Rangel:- A parceria está grande. Ele só fala 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- O Regimento diz, deputado Paulo Rangel, que o vice-presidente tem direito ao dobro do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, deputado Marcelo Nilo.

Quero deixar claro que também tenho as minhas posições, mesmo fazendo parte desse time que, se depender de mim, deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- (...) vai continuar no poder.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 3 minutos, para encerrar o Pequeno Expediente.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero dizer que nunca procurei presidente nenhum da Assembleia para pedir favor pessoal, para pedir assessoria para quem quer que seja, e não tenho nenhum problema em reiterar o pedido para que se adote, através do presidente Marcelo Nilo, que é um homem sensível e que com certeza, independente de o deputado Paulo Rangel se colocar na contramão da imprensa da Bahia, porque hoje foi o *blog Por escrito*, amanhã poderão ser outros.

O problema é de endereço. Eu estou num endereço que defende a liberdade de imprensa, e o deputado Paulo Rangel está num endereço que quer cercear os direitos da imprensa; a roubalheira está tão descarada, que a forma de acabar com isso é fechando a boca da população, e a forma de fechar a boca da população é calando a imprensa.

Será, será, como dizia meu amigo deputado Marcelo Nilo, será que não tem o dedo do PT nesse *raqueamento* de *blogs*? Será, presidente Marcelo Nilo? Cuidado! Quem está aqui há muito tempo se lembra de quem era esse “será?”. Será verdade, deputado Marcelo Nilo?

Sr. Presidente, pelo amor de Deus! Põe o Regimento aí do lado pois quando alguém formular uma questão de ordem e citar um dispositivo regimental, V.Ex^a ou o secretário da Mesa poderá assessorá-lo e dizer se é ou não é. O deputado Paulo Rangel está muito danado. Ou não está lendo ou está lendo demais.

Sr. Presidente, precisamos tratar da saúde pública. Está um jogo de empurra danado no Estado da Bahia. O governador diz que faz, e não faz; os prefeitos dizem que as suas competências não fazem; Zé Neto diz que o Estado tem feito muito pela saúde em Feira de Santana; o prefeito de Feira de Santana, Zé Ronaldo, diz que a prefeitura tem feito muito, não é? E está lá, deputado Alan Sanches, V.Ex^a tendo que acolher e hospedar os pleitos dos pobres de Feira de Santana. Em Feira de Santana, as mulheres têm dificuldade para agendar um preventivo ginecológico ou um ultrassom de mama, e os homens têm dificuldade para marcar um PSA.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que não vai me faltar tempo para usar a tribuna.

Parabenizo esta Casa pelo Plenário cheio. Já cansei de chegar a esta Casa, sob o testemunho de V.Ex^{as}, e saudar o Plenário vazio, as cadeiras vazias. Parabenizo novamente a Mesa Diretora pela reviravolta que causou neste Parlamento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de entrar no Grande Expediente, gostaria de registrar que a Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, presidida pelo deputado Marcell Moraes; a Comissão de Assuntos Territoriais e Emancipação, presidida pelo deputado Zó; e a Comissão Especial da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, presidida pela deputada Ivana Bastos funcionaram.

Registro também que algumas comissões não funcionaram hoje, a exemplo da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho. Peço ao presidente dessa Comissão e aos seus deputados que não cometam esse equívoco na próxima semana. Da mesma maneira, não funcionou a Comissão de Direitos da Mulher, como também a Comissão Especial do Desenvolvimento Regional. Peço aos presidentes dessas três comissões que não funcionaram que coloquem os parlamentares para participarem. Se essas comissões não funcionarem na próxima semana, citarei o nome de todos os Srs. Parlamentares.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Não é questão de ordem, Sr. Presidente. Não estamos no Grande Expediente? Indicarei o orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estamos no Grande Expediente, deputado.

O Sr. Paulo Rangel:- Indicarei o companheiro Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não é a deputada Luiza Maia que falará no Grande Expediente? V.Ex^a pode mudar, mas está inscrita a deputada Luiza Maia.

O Sr. Paulo Rangel:- Tudo bem! Se a deputada Luiza Maia está inscrita, ela falará no Grande Expediente.

Antes, Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a V.Ex^a. Ontem, V.Ex^a divulgou alguns critérios para abono de possíveis faltas na Assembleia Legislativa. Sabemos que por se tratar de uma Casa política, inclusive vi vários pares aqui... Acontecem alguns eventos de natureza política que, no nosso entendimento, se bem justificado, talvez com fotografias... Muitas vezes o deputado tem de fazer um deslocamento, e entendemos que isso deveria ser visto. Então, quero, neste momento,

sugerir a V.Ex^a que destaque dois representantes da Mesa Diretora para fazer essa avaliação mais subjetiva. Em relação àqueles critérios mais objetivos, concordamos, realmente, com V.Ex^a, não existe essa necessidade. Esse era o apelo que gostaríamos de fazer.

Para usar o Grande Expediente, indicamos por todo o tempo a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Rangel, o que a Mesa Diretora decidiu é que, se for atestado médico, o próprio presidente defere e manda para o Recursos Humanos. Agora, se for qualquer outro pedido, nós levaremos à Mesa Diretora, ou seja, o deputado fará a solicitação, e a Mesa Diretora decidirá se aquela solicitação foi justa ou injusta.

Na realidade, deputado, só é preciso justificar a ausência no dia de votação em Plenário.

O Sr. Paulo Rangel:- Em caso de dúvida, V.Ex^a coloca o deputado Reinaldo Braga como árbitro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não! Aí ele abonará todo mundo! (risos.)

O deputado que, por algum motivo, não veio faz a justificativa e a Mesa Diretora decide. A minha opinião é que os atestados médicos não precisam ir para a Mesa Diretora, lógico. As funções autorizadas com antecedência pela Assembleia Legislativa também não irão para a Mesa Diretora. Contudo, se V.Ex^a fez algum evento, deve mandar para a Mesa Diretora decidir.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de até 25 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero, inicialmente, agradecer ao deputado Luiz Augusto que me cedeu, gentilmente, estes 25 minutos para que eu pudesse expressar algumas opiniões e levantar algumas questões.

Ontem, o deputado Rosemberg Pinto e eu tínhamos solicitado, também, a inscrição, mas disseram que não dava tempo, e depois três deputados falaram. Acho que essa não é uma postura correta, ou seja, querer cercear a fala de alguém.

Tenho muitos assuntos para falar, e a deputada Fátima Nunes já pediu um aparte.

Como no dia de ontem não tive tempo para falar, quero registrar dois momentos importantes da vida do povo brasileiro. Primeiro, a comemoração do direito do voto feminino. O dia 24 de fevereiro ficou instituído, pela presidente Dilma Rousseff, como o dia para comemorar a conquista do voto feminino no Brasil. Há 83 anos, nós mulheres não tínhamos direito de votar; não tínhamos direito de estudar; não tínhamos direito de escolher nem o marido. Deputada Ângela Sousa, as vitórias e

as conquistas das mulheres são muitas. Mas sabemos que existe, ainda, uma demanda muito grande para conquistarmos a nossa cidadania plena.

Quero pedir aos deputados que façam silêncio, por favor!

Existem muitas questões a serem conquistadas pelas mulheres. Peço, inclusive, o apoio dos homens para a nossa luta, a luta das mulheres.

Sobre a questão do espaço das mulheres no poder, somos, hoje, sub-representadas. Os partidos precisam reconhecer a importância de prepararem companheiras para que, também, tenham condições de ocupar esses espaços, principalmente agora, quando se discute a reforma política. Defendo, inclusive, que façamos pressão para que o Congresso Nacional aprove a proposta da lista alternada entre um homem e uma mulher, porque dessa forma os partidos estarão ajudando as mulheres a chegarem a esses espaços.

Temos o problema da violência, que falei ontem aqui. Aprovamos uma lei nesta Casa que, infelizmente, não foi regulamentada pelo nosso governador. Faço mais uma vez esse apelo...

Sr. Presidente, por favor, peça aos deputados que façam silêncio e tenham um pouco de paciência. Quem não quiser ouvir se retire! Agora, ficar atrapalhando não vou aceitar. Tenho meus 22 minutos e quero falar.

Com relação à violência, estou encaminhando ao governador – e queria pedir ao Líder da nossa Bancada e ao Líder da Maioria que nos ajudem nesse debate – o pedido para que regulem a Lei Antibaixaria. O que vimos nesse carnaval foram blocos e bandas com músicas agressivas e desrespeitosas com a mulher. E esses blocos usavam as marcas da prefeitura e do governo do Estado. Isso é uma coisa muito grave, porque vimos a luta da bancada feminina desta Casa para conseguirmos aprovar essa lei, depois de muita pressão da sociedade. Ela foi desrespeitada e desvalorizada nesse carnaval.

A baixaria sumiu do Carnaval nos dois primeiros anos após a aprovação dessa lei, mas voltou com força neste. Faço um apelo aos Líderes Rosemberg Pinto e Zé Neto e ao presidente da Casa para que nos ajudem. Não é justo que certas bandas, através de suas músicas, agridam, desvalorizem e incentivem a violência contra a mulher, principalmente depois da aprovação de uma lei.

Volto a repetir: a regulamentação é apenas para dizer quem vai fiscalizar e para onde vai o dinheiro do recurso...

Voltando ao tema das mulheres, vimos que a conquista do voto foi muito importante, mas temos uma série de demandas a serem resolvidas. Por exemplo, vejo como uma coisa fundamental a autonomia das mulheres. A presidenta Dilma Rousseff tem se esforçado para valorizar a presença das mulheres no seu governo. Mas em nosso Estado isso não acontece. Fiz essa crítica e agora temos, apenas, duas secretárias. Acho que os poderes públicos, a Mesa desta Casa deveriam pensar a respeito. Inclusive, a deputada Maria del Carmen, desta tribuna também, fez uma crítica ao mostrar não haver uma mulher presente na Mesa Diretora desta Casa. Precisamos ter o entendimento de que a presença feminina é fundamental e é

importante. Nós, hoje, somos mais de 52% da população de eleitores. E nós não aceitamos essa discriminação e essa questão de os colocar como uma coisa inferior.

Também, quero, aqui, registrar o fato ocorrido ontem, 24 de fevereiro, como dia em que se comemora a vitória e a conquista do voto feminino no Brasil.

Também, gostaria de registrar que, ontem, se comemorou o Dia do Municipalismo. Este é outro debate importante que nós precisamos fazer neste Brasil. Os prefeitos estavam ontem, lá, em Brasília acompanhados pela nossa querida presidenta da UPB, a prefeita Maria Quitéria. Inclusive, realizaram um ato, com o apoio do deputado federal Luiz Caetano, para alertar os congressistas, o Senado e a Câmara Federal fazerem, urgentemente, um novo pacto federativo neste Brasil.

Vejam, não é justo o que acontece com as nossas prefeituras e com os nossos municípios. Nós sabemos – e não precisa repetir isso – que no município é o lugar onde tudo acontece, menos os recursos para que os prefeitos continuem fazendo seu trabalho, atendendo às suas comunidades e às promessas feitas durante suas campanhas. Vimos, também, a prefeita Maria Quitéria pedir a revisão das leis sobre licitação e responsabilidade fiscal.

Quando Luiz Caetano era prefeito, lembro-me de quantos projetos nós conquistamos com recurso federal. Pedimos, inclusive – e foi aprovada, em uma assembleia de mais de mil mulheres – que se criassem, pelo menos, 10 creches no município de Camaçari. E o prefeito concordou e apoiou.

Quando foi ver o orçamento, mesmo que o governo federal, como a gente já tinha encaminhado os projetos, repassasse o dinheiro para a construção das creches, não tinha como o município manter, porque ultrapassa o seu índice de pessoal. O governo federal libera os recursos para a construção da creche, do posto médico, da escola, mas o governo federal não libera recursos para manutenção de pessoal e outras necessidades. Então o funcionamento de qualquer órgão fica na mão do prefeito. Aí, os prefeitos terminam por ter condições de manter tais instituições.

Acho que existe uma PEC de autoria do deputado Valmir Assunção que pede a revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei das Licitações, porque é uma coisa atrasada e feita para burocratizar e emperrar, principalmente, o desenvolvimento dos municípios.

Então, nós temos de estar atentos a isso. Quem tem seus deputados em Brasília, peça-os para fazer pressão sobre o Congresso e sobre a sociedade também a fim de que, realmente, se altere esta realidade. Porque, volto a dizer, no município, tudo acontece e não dá para nossos prefeitos ficarem todo ano ou de seis em seis meses correndo a Brasília e fazendo marcha de prefeitos, caminhadas com um pires na mão para pedir que se mande algum recurso para o município.

Então, o pacto federativo e a reforma tributária são urgentes. Não é justo que a concentração do recurso que o País arrecada fique, em sua maioria, na mão do governo federal e volta muito pouco desses recursos para os Estados e os municípios.

Então quero, aqui, deixar registrado que, ontem, foi o dia de comemoração ou de luta pelo municipalismo. Sou uma municipalista. Eu acho que nós precisamos fazer essa discussão em nossa sociedade a fim de apontar os pontos negativos para a

nossa presidenta Dilma.

Eu, também, penso como o nosso deputado Adolfo Menezes. Nós somos da base. Não há nenhum problema fazer críticas a qualquer ato ou a qualquer situação em que vive, hoje, o nosso Brasil ou, em qualquer momento, praticados por autoridades que tenhamos ajudado a colocar através do voto.

Nesse sentido, a gente tem visto análises e avaliações da conjuntura política do Brasil. Queria, também, deixar registrada, aqui, a minha opinião a fim de chamar a atenção desta Casa para o momento em que estamos vivendo.

Ontem, inclusive, achei uma coisa deselegante, agressiva, arrogante do nosso presidente Marcelo Nilo, por uma brincadeira que eu fiz, ou melhor, uma comemoração por ele ter deferido a nossa Comissão da Reforma Política. Ele indeferiu grosseiramente ao dizer que, agora, indeferiria, como se ele fosse o dono deste Poder. Por isso, eu discordo, inclusive discordei um pouco da fala do meu Líder, o deputado Rosemberg, ontem, explicando o motivo de a gente não dar encaminhamento ao questionamento desta questão da reeleição indefinidamente.

Isto, aqui, é um Poder e este Poder precisa ser oxigenado, revigorado. Ou seja, não dá para uma pessoa só usar este espaço em sua direção, como se fosse um monopólio seu.

Então, o presidente Marcelo Nilo precisa ter paciência e entender isso. O debate nosso, que fizemos durante a campanha, quando lançamos o candidato Rosemberg, também, para presidente desta Casa, não era no sentido de ataque ao deputado Marcelo Nilo. Aliás, não tenho nada contra ele. Mas o debate era no sentido da manutenção indefinidamente da reeleição a presidente desta Assembleia Legislativa. Isso não está correto e não é justo. Inclusive, tal procedimento fere o nosso Regimento Interno, fere a nossa Constituição Estadual e, principalmente, a nossa Constituição Federal, que veta, como o nosso Regimento Interno está lá também sem ser atualizado, ao dizer que está vetado.

Apenas, em uma mesma legislatura, aceita-se uma reeleição, uma recondução para o mesmo cargo. Mas da forma como está aqui, esta Casa precisa fazer este debate, porque a gente ouve comentários de todo o tipo. Como não tenho provas, não posso estar, aqui, relatando o que a gente ouve.

Quero pedir a esta Casa e inclusive a este plenário o apoio, pois nós estamos recorrendo do indeferimento dele. Acho que debater a reforma política, hoje, na Bahia, nesta Casa, é uma obrigação nossa. Não temos o poder de decidir, pois quem decidirá e aprovará a reforma política será o Congresso Nacional: a Câmara dos Deputados e o Senado.

Mas podemos fazer a discussão. Podemos pressionar o Congresso como fizemos com a Lei da Ficha Limpa e com outras leis. A gente sabe que este Congresso agora é mais conservador do que o anterior. Lá, eles estão discutindo a PEC nº 535 – se não me engano o número da peça legislativa – que trata da reforma política. Tal proposta de emenda constitucional é pior do que o sistema de hoje, porque eles querem é oficializar mesmo a questão do financiamento privado. Observem, a gente sabe que, por trás disso aí, está toda a fonte e o caminho da

corrupção, do caixa dois, enfim, de tudo o que não presta.

Não é possível isso acontecer. A política é um exercício público e uma atividade pública. Não é possível o poder econômico financiar a atividade pública. Não é possível os eleitos, para ocuparem os espaços de poder, ficarem dependendo ou tendo de dar satisfação aos empresários ou aos poderes econômico e financeiro. Isso está incorreto.

Estamos vendo hoje, aí, as confusões neste Brasil.

Eu quero, inclusive, chamar a atenção como fiz ontem. Infelizmente, o meu tempo não deu. Estamos vivendo um momento. E quem tem, aí, mais de 50 anos viu o que foi a ditadura militar na década de 1960. Ninguém acreditava que aquilo pudesse acontecer e que o golpe seria dado. A gente viu, aí, parte da grande mídia apoiar aquele golpe e, depois, a mesma mídia voltou atrás, porque viu os horrores que os militares aprontaram neste Brasil com aquela sua postura.

Acho este um momento diferente daquele. Falei isso ontem aqui na tribuna também. Levantou-se o fantasma de que o comunismo invadiria o Brasil ou que Cuba estava fazendo a sua revolução e que os Estados Unidos não aceitavam que o Brasil seguisse Cuba. Criaram aquela confusão toda. Envolveram a sociedade e a classe média. Àquela época, acabou acontecendo o golpe militar.

Inclusive, recomendo, para todos os deputados que tenham tempo, ler o livro de Daniel. Esqueci o sobrenome dele. Mas o título do livro é *Cinquenta Anos do Golpe Militar*. Ele é um historiador de uma universidade no Sul da Bahia e conta, no livro, com todos os detalhes e com a visão crítica, o que foi o golpe militar de 1964.

Hoje, o que a gente sente é que o governo norte-americano apronta também e quer criar as mesmas condições para dar um novo golpe. O objetivo é interromper o mandato da presidenta Dilma e acabar com a forma de exploração do nosso Petróleo em forma de partilha. Todo mundo sabe o que é uma partilha. O petróleo é nosso. O petróleo é do Estado brasileiro. Mas eles querem acabar com essa forma de exploração para voltar a concessão e para coisa ficar toda na mão deles ou da iniciativa privada.

A gente sabe dos compromissos assumidos, lá, no Congresso Nacional com os recursos e com os *royalties* do Pré-Sal, inclusive. São 75% para a educação e 25% para a saúde. Não podemos abrir mãos disso. Os brasileiros precisam entender.

Só que hoje não temos por onde falar. Acho até engraçado quando há gente que diz, aqui, que se quer calar a imprensa. A imprensa fala e fala só ela. O que a gente precisa hoje é democratizar os meios de comunicação deste Brasil.

Vejam, o discurso que o deputado Adolfo Menezes fez aqui, há instantes, foi no sentido de atacar o governo da Venezuela, um governo eleito legitimamente como um governo ditador. Este é o resultado do discurso e da formulação que a direita tem feito neste Brasil.

Gostaria, se tiver tempo, de aproveitar para fazer o registro de que uma deputada assumiu a Assembleia da Bolívia, e parabenizar o presidente Evo Morales que, quando do seu primeiro mandato, colocou 50% de mulheres nos cargos do seu governo e 50% de homens, numa demonstração de que compreende a importância da

presença da mulher nos espaço de poder.

Voltando ao discurso do deputado, é todo um ataque. Hoje, temos só uma visão da grande mídia, que hoje é a porta-voz dos conservadores desse Brasil, a Direita conservadora aliada ao capital estrangeiro, principalmente o norte americano, que sempre fez – é uma pena que o deputado Adolfo Menezes não esteja aqui – da América Latina o quintal da sua Casa. Lembro-me que o Obama e outros, quando ganharam a eleição nos Estados Unidos, nem referência fizeram à América Latina, porque era tida como seu quintal.

Lembramos do projeto deles da Alca, de fazer daqui uma área de livre comércio, aqui era para ser o mercado deles, colocando seus produtos da forma que quisessem. A partir do presidente Lula, do presidente Hugo Chávez, presidente Evo Morales, presidente Cristina, da Argentina, e da Bachelet, no Chile, começou-se a organizar os países da América do Sul para fazer o enfrentamento ao grande poderoso que quer mandar no mundo, como manda ainda numa parte do mundo, que são os Estados Unidos.

Precisamos estar atentos a isso e não ficar fazendo discurso fácil, copiado da Globo e de outros meios de comunicação que não têm nenhuma preocupação com o patriotismo, com o povo brasileiro.

Aqui não falta dinheiro. Precisamos rever essa questão do *superavit* primário, rever essa questão do nosso orçamento. Tem uma ONG hoje chamada Auditoria da Dívida Externa. Precisamos estudar isso. Ouvi uma fala da coordenadora dessa ONG dizendo que tinha 900 bilhões para pagamento dos juros da dívida, 90 e poucos bilhões para a saúde e 90 e poucos milhões para a educação.

O que precisa ser feito no Brasil é revermos e apoiarmos a nossa presidenta e o seu governo para que ela coragem de fazer o enfrentamento, cobrando dos poderosos...

O Sr. Zó:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Permito, sim.

O Sr. Zó:- Apenas para levantar dados em relação aos juros da dívida, pois pouca gente discute, pouca gente tem interesse em discutir isso, em 2012, a receita brasileira foi de mais de 2 bilhões de reais; 900 milhões desse recurso foram para pagar juros de dívida que não sabemos nem se existe.

Nós, da Esquerda, temos de trabalhar para que o nosso governo faça uma auditoria nessa dívida, para que o recursos venham para a Educação, para a Saúde. Muita gente fala em mais recursos para a educação, advoga por educação e saúde melhores, investimentos públicos melhores, estradas melhores, mas vamos saber quem é que vai defender esse corte, por ele irá atingir a agiotagem mundial.

Sabemos que quando a presidente Dilma baixou os juros para 7%, todos sabem o que a agiotagem mundial fez, a pressão que se fez.

É bom que estejamos irmanados com o povo brasileiro nesse interesse que o recurso não sirva para agiota financeiro internacional, que sacrifica a América, a África, que sacrifica os países emergentes, os países pobres.

Gostaria de corroborar com o discurso de V.Ex^a. Se depender de mim e da

senhora, tenho certeza de que vamos trabalhar para que o dinheiro seja da população brasileira.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Vamos fazer esse debate. Obrigada, deputado. Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Precisamos pedir ao presidente Lula que ajude a presidente Dilma a ter coragem de fazer o que ele fez. Quem não lembra quem mandava neste Brasil antes de Lula? Quem não lembra de uma bonitona que chegava aqui, dos EUA, e ia para o Ministério da Fazenda – estou mentindo, deputado Zé Raimundo? - dizer que tinha de fazer assim, porque a crise mundial...

A crise é do capitalismo, que é outro tema que precisamos ter coragem de fazer a discussão. Ninguém fala mais da crise e da falência do capitalismo. É um sistema que está esgotado, não resolve mais o problema da humanidade, mas ninguém fala, porque a imprensa hoje é dos poderosos, é dos bancos, dos grandes latifundiários, dos grandes empresários, é como se fosse o único sistema no mundo. Nós temos que achar uma alternativa de produção e de distribuição da riqueza que tem este Brasil.

Nós somos saqueados desde quando fomos descobertos por portugueses, ingleses, americanos que hoje tentam fazer essa escravidão, essa exploração econômica de uma forma sutil, enganando todo mundo, uma mídia que mente 24 horas por dia defendendo os interesses dos grandes.

Eu, inclusive, vou fazer esse pedido ao presidente Lula que ajude a presidenta Dilma a ter coragem de fazer o enfrentamento a esses banqueiros que estão aí entupidos de dinheiro, e o Brasil hoje ainda sendo um dos países mais desiguais do mundo. E sabemos o tanto que já foi corrigido, o tanto que Lula e Dilma conseguiram incluir de cidadãos que não tinham nem o que comer.

Então, esse debate esta Casa precisa fazer. Ou esta Casa faz isso ou estamos, gente, fadados ao esgotamento, ao desrespeito, ao descaso do nosso povo. Porque não dá para ficar aqui. Não se vota projeto de deputado. Eu tenho aí vários projetos que posso colocar aqui como importante, como fundamental para todos os deputados - estou falando de mim porque sou eu que estou discursando – e que nunca chegam na pauta.

Chegou aqui o do voto aberto, que é outra aberração que acho a gente manter nesta Casa o voto secreto, e o do antibaixaria, porque a nossa sociedade pressionou e as mulheres também exigiram que esta casa aprovasse essa lei, porque ninguém mais suportava a desmoralização das mulheres, da nossa dignidade, que estava acontecendo no nosso Estado, inclusive comprometendo o nome da Bahia. Quando a gente chegava em outros lugares via a fama da Bahia com músicas de baixaria e de desmoralização da mulher.

Então, acho que essa leitura, essa avaliação e esse debate precisamos fazer. Esta Casa é uma Casa política. Por isso que estou recorrendo ao presidente Marcelo Nilo sobre o deferimento do meu requerimento pedindo para se instalar a comissão da reforma política. Eu quero pedir aqui também a compreensão do Líder Zé Neto, que nos ajude a instalar. É uma comissão que não terá estrutura nenhuma, não vamos ter gasto nenhum mais, mas precisamos também colaborar com esse debate, com essa

discussão, porque o que está lá em Brasília não é nada que preste. E sabemos que o presidente da Câmara Federal é um homem de negócio, é um homem bilionário, como hoje grande parte da Câmara e do Senado Federal. Então, se a gente ficar aqui achando que não temos nada a ver com essa discussão, temos, porque cada ato praticado lá refletirá na nossa vida.

Uma das questões que precisamos ter coragem e ajudar a nossa presidenta a fazer é taxar as grandes fortunas. Eu vi um discurso do deputado federal Caetano dizendo que se taxassem, não lembro o índice agora, seriam 13 bilhões de reais que se injetariam na economia brasileira só com a taxa das grandes fortunas, mas não se faz. Quer dizer, o poder econômico neste País é que continua dando as cartas, e para a gente fazer o contraponto, aí que digo que não dá para jogar a conta da crise econômica nas costas do trabalhador, nem do sindicato, nem das mulheres, nem das domésticas, porque essa galera é que vai ajudar na pressão e no debate com a nossa presidenta, no apoio a ela para ter coragem para fazer o enfrentamento dessa situação, porque é, realmente, uma situação crítica, a crise econômica por que passa o País não foi criada por nós nem pelo PT.

Hoje, sabemos que a grande mídia raivosa, que está vendo que um pouco dessa riqueza está sendo distribuída para alguns brasileiros que não tinham o que comer durante o dia, estão incomodados com isso, aliada à pressão do norte-americano que quer voltar a meter as suas garras no Brasil, como eles o fizeram até o governo Lula ter coragem de pagar a dívida do FMI e dizer: quem manda aqui somos nós e o povo brasileiro, e vocês vão procurar a turma de vocês lá adiante.

Então, essa situação e essa questão – volto a fazer o apelo ao presidente que defira o nosso requerimento, se não deferir também não tem nenhum problema, não, a gente tem mandato e vai às ruas fazer esse debate junto com o povo, colher assinaturas para que a gente, inclusive, consiga um milhão e quatrocentas mil assinaturas.

Quero também aproveitar para parabenizar a CNBB que estará no dia 27 em Brasília fazendo um ato pela reforma política, colhendo as assinaturas, e precisamos nos juntar a essa proposta da CNBB, da OAB, que são as propostas mais avançadas, porque o que está lá sendo discutido, encaminhado e com aquele afoitamento todo do presidente Cunha, na Câmara Federal, não é nada que sirva para o povo.

Então, era isso que eu queria dizer e agradecer pelo tempo de 25 minutos.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Encerrado o Grande Expediente, inciamos o Horário das Lideranças Partidárias concedendo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Sr. Líder do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falarão por 5 minutos os deputado Alan Castro e por 6 minutos o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Com a palavra o deputado Alan Castro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN CASTRO:- Sr. Presidente, colegas deputados, pessoal das Galerias, este primeiro discurso que faço é de agradecimento, e devemos sempre agradecer a Deus pelas coisas boas que Ele nos dá. (Lê) “Por isto, ao realizar o meu primeiro pronunciamento como deputado estadual, quero deixar registrado que agradeço muito por esta oportunidade de servir à Bahia e aos baianos; a nossa terra e a nossa gente.

Agradeço a Deus, acima de tudo; foi a bondade Dele que me permitiu a honra de hoje estar aqui. Agradeço aos eleitores, que me concederam a sua confiança e o voto.

Agradeço à Igreja da Bahia, ao missionário RR Soares, ao Pastor Luciano Braga e ao Ministro Sadam.” Todos integrantes da Igreja da Graça que também contribuíram para que eu estivesse aqui hoje. “Mas a melhor forma de agradecer é retribuir. E quero reafirmar aqui o meu compromisso de trabalhar muito, com seriedade e dedicação, para retribuir a confiança representada pelos cinquenta e um mil, cento e vinte e seis votos que recebi do povo da Bahia.

Farei valer cada um desses votos, na luta pelo desenvolvimento da Bahia e pela qualidade de vida dos baianos.

Sou médico e conheço bem a importância da saúde neste País.” Hoje sou membro titular da Comissão de Saúde e vou focar meu trabalho na área da Saúde, melhorando a saúde de nossa gente.

“Saúde é um direito de todos e um dever do governo. Precisamos levar uma saúde de qualidade a todos os cantos da Bahia!” Inclusive, já propus na Comissão da Saúde uma discussão sobre a situação da cardiologia no Estado. Como radiologista, faço muitos exames de cardiologia e tenho visto muitos pacientes perecerem na fila de espera durante quatro, cinco anos, por uma cirurgia cardíaca. Isso não só acontece na Bahia mas em todo Brasil. É uma coisa que o governo tem que discutir e priorizar a saúde no nosso País.

“Este é o meu compromisso: trabalhar pela Bahia e pelos baianos. Ajudar a construir uma Bahia cada vez melhor, onde nossa gente possa viver melhor. Tenho a certeza de que Deus, nosso Pai, me dará orientação e força para cumprir bem este mandato, honrando a confiança dos eleitores.

Obrigado por sua atenção, senhoras e senhores.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Caro Líder Rosemberg Pinto, V.Ex^a chega à tribuna para falar pelo restante do tempo que cabe ao Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes que me parece serem servidores do Derba, Imprensa, servidores, ouvi atentamente a sua intervenção no início dos trabalhos com relação ao Estaleiro Enseada do Paraguaçu que fecha as suas atividades no próximo sábado.

Quero aqui, como todo baiano certamente, lamentar o fechamento desse empreendimento. Dizer que é um empreendimento que tem uma importância singular

para a Bahia, porque na reativação da indústria naval, a Bahia assume um papel significativo, uma vez que tem uma área de significativo calado, na região do São Roque do Paraguaçu, para atender as demandas da Petrobras no que tange a área do Pré-Sal. E V.Ex^a também foi além disso, e chamou-me a atenção já para o fechamento, ou a perspectiva de perda dos diversos empreendimentos e plataformas que, possivelmente, seriam construídas aqui na Bahia. Lógico que é uma perda muito grande!

Quero aproveitar também para dizer que precisamos tomar uma posição, como baianos e brasileiros, sem abrir mão de fazer com que todas as denúncias feitas em relação às ações negativas na Petrobras sejam apuradas. Entendo, e não tem nenhum deputado do Partido dos Trabalhadores nesta Casa que veio aqui, ou publicamente, para dizer que as denúncias não sejam apuradas. Aqui o deputado Paulo Rangel disse ontem, fazendo esse mesmo entendimento que vou fazer agora: temos que fazer isso. Mas temos também que entender que a Petrobras é uma empresa brasileira, e ela não pode ser alvo de uma ação midiática coordenada pela Rede Globo, para atender aos interesses políticos que não coadunam com a sua visão ideológica, para destruir um patrimônio significativo, que é a Petrobras.

Ainda hoje pela manhã assistindo ao jornal da manhã da Rede Globo de Televisão, ouvi o âncora daquele jornal fazendo um questionamento: "mas temos que ter cuidado, porque a Petrobras perdeu isso aí. Então Míriam Leitão, diga aí como é que é essa perda e tal." Ele faz uma cara de que estava preocupado. Mas que preocupação é essa que a Rede Globo passou seis meses tentando destruir a maior empresa; o maior patrimônio industrial do Brasil! E aí depois agora: "a coitadinha da Petrobras".

Ora, nós precisamos fazer – e quero chamar todos os deputados e deputadas – a defesa desse patrimônio, independentemente se quem está no poder é o PT ou qualquer outro partido. Estou dizendo isso porque fui às ruas no governo Fernando Henrique defender a Petrobras! Defender a Petrobras no momento de crise que ela passava, na época que teve diversas ações para tentar destruir a companhia. Os vazamentos de petróleo na Baía de Todos os Santos, no Rio Paraná, a Plataforma P-36, parece que havia uma tentativa de destruir a imagem da Petrobras; e passava por uma situação muito parecida de perda de patrimônio, de perda de valor das suas ações na Bolsa de Valores. Mas nós estávamos na rua defendendo a Petrobras, independentemente do governo!

Aqui quero fazer essa defesa da companhia, independentemente da polícia, da Justiça, da sociedade ir para as ruas defender. E temos que fazer isso na defesa do patrimônio brasileiro. E se tem alguém que se locupletou da Petrobras, que seja punido! Mas não podemos matar aquela empresa! Da mesma maneira que não podemos achar que é bom que empresas, inclusive baianas, sejam dilapidadas da forma como está sendo colocado pela mídia, e por alguns políticos; se as empresas erraram elas têm que pagar pelos erros, mas não podem pagar com a quebra das empresas e com a consequência, com demissão de pais de famílias como temos hoje no Brasil. Então é preciso que tenhamos muito cuidado.

Quero dizer, deputado Carlos Geilson, que precisamos tomar muito cuidado. Conversei com o Líder da Oposição, Sandro Régis, ontem e hoje voltamos a conversar. Precisamos ter um cuidado muito grande pelo que está passando do ponto de vista da destruição da relação da política brasileira e da política baiana, porque tive o cuidado de observar as empresas que fizeram doações a partidos e a candidatos. E essas empresas, por exemplo, deputados, a dificuldade que se teve de encontrar um parlamentar para presidir, coordenar, fazer a relatoria da CPI que se instala na Petrobras. E, ainda assim, tanto o presidente quanto o relator, um é do meu partido, e o outro não é do meu partido, e faz oposição ao PT; foram os dois que tiveram financiamento a partir dessas empresas. Aqui na Bahia, tivemos financiamento aqui... O nosso candidato, Rui Costa, teve financiamento de empresas oriundas dessa discussão que está acontecendo, mas o seu adversário também teve.

Então só é o dinheiro da corrupção na política para o PT?! Não podemos tratar essa questão dessa maneira. Precisamos entender que a forma de financiamento de campanha está equivocada. Precisamos entender que não podemos expor a Petrobras e nenhuma empresa nacional a uma situação como essa!

Quero, querido presidente deputado Targino Machado, que abriu esse debate aqui, temos homens e mulheres que acertam e que erram. Mas não podemos transferir o erro como se todos os políticos estivessem envolvidos nas coisas erradas. Aqui também são homens e mulheres que erram e que acertam. Mas tenho convicção que os acertos são maiores do que os erros. E não podemos deixar que nossos companheiros sejam enlameados. Quero dizer que V.Ex^a fez uma colocação em relação ao deputado Paulo Rangel, da possibilidade até da conivência com esses erros. Aqui podemos acusar o deputado Paulo Rangel de qualquer coisa, menos de conivência com as coisas erradas.

Por isso, quero aqui conclamar a todos, meus queridos deputados e deputadas, a sociedade civil para que não percamos a oportunidade de fazer a defesa desse maior patrimônio industrial, que é a Petrobras. Independentemente de punir aquelas pessoas que efetivamente, que possivelmente, possam ter errado na condução daquele processo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Pois não, deputado Rosemberg Pinto, vamos nos encontrar no dia 15 de março para fazer essa discussão nas ruas, com fé em Deus.

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB, PRB, PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Augusto Castro:- Sr. Presidente, o deputado Pedro Tavares falará pelo tempo de 5 minutos, e o deputado Marquinho Viana pelo restante do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares por até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meu caro

presidente Targino Machado, volto a esta tribuna para falar de um assunto que se tem tornado rotineiro na Bahia, deputado Carlos Geilson.

Volto aqui para falar dos assaltos a bancos com explosões de caixas eletrônicos. Basta dizer aos senhores que, nesse começo de ano, 35 ataques já ocorreram, ou seja, assalto dia sim, dia não. É impressionante a ousadia dessas quadrilhas, quando invadem as cidades com grandes armamentos, carros potentes, mostrando que o nosso Estado realmente não tem segurança. E eu queria aqui cobrar, mais uma vez, das autoridades uma solução concreta, deputado Adolfo Viana. Além do trauma, além da violência, além de todos os percalços por que a população passa, essa modalidade de crime traz também sérios prejuízos para a economia da Bahia.

O deputado Targino Machado conhece a cidade de Itaquara, fica ao lado de Jaguaquara, uma pequena cidade do interior da Bahia, que teve seu banco assaltado e essa agência está há seis meses, deputado Pablo Barrozo, fechada. E os lavradores, agricultores, funcionários públicos, aposentados que utilizavam dos serviços bancários dessa agência do Banco do Brasil não podem mais fazê-lo e hoje tem de se deslocar para o município de Jaguaquara. Com isso, deixam de investir na economia do município de Itaquara, pois fazem compras e outros serviços no município vizinho onde há um banco.

Eu queria fazer um apelo ao governador Rui Costa. Ele veio aqui e usou desta tribuna para ler a mensagem para o Legislativo estadual e disse que iria fazer uma grande força-tarefa, reunir-se-ia com os bancos, com a Secretaria da Segurança Pública para definir ações conjuntas a fim de combater esse tipo de crime. E eu queria cobrar dele, fazer esse apelo ao governador Rui Costa no sentido de ele fazer logo essa reunião, porque a Bahia não pode continuar sofrendo e tendo estampado em seus jornais assaltos cinematográficos. São cidades e mais cidades sendo invadidas por diversos bandidos fazendo assaltos cinematográficos.

Então reitero meu apelo ao governador Rui Costa, deputado Adolfo Viana, para que ele fala logo essa reunião, crie essa força-tarefa no intuito de diminuir esses crimes que vêm acontecendo e está entristecendo os baianos.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES:- Com o aparte o nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Pedro Tavares, eu queria parabenizar V. Exa pelo pronunciamento que faz em defesa dos baianos. O que vive o povo da Bahia com a criminalidade crescente em nosso Estado é, realmente, motivo de preocupação para este Parlamento. Acho que todos os parlamentares devem fazer uso da palavra através da tribuna ou nas Comissões para chamar a atenção do governador do Estado da Bahia que disse dessa tribuna que ira ter pulso firme com relação ao crime organizado.

O PT governa o Estado da Bahia há oito anos e o atual governador do Estado já participava dos governos anteriores. O governador Rui Costa já tem 60 dias que assumiu o poder, e os assaltos continuam acontecendo dia sim e dia não neste Estado. Acho que este Parlamento tem que cobrar mais investimentos e uma atenção maior do governo do Estado com relação à segurança pública. É assustador os

números que temos todos os dias no estado da Bahia. Vejo aqui na minha frente este Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, que tem acesso direto ao governador, diariamente, e peço que ele transmita a voz da Oposição para que o governador possa realmente ter pulso firme no sentido da segurança pública.

Parabéns, deputado Pedro Tavares, e, só para deixar registrado, pois usei a tribuna hoje para tratar desse assunto: reafirmo a confiança que tenho no competente secretário da Segurança Pública. Agora, precisamos entender que, sem investimento, um secretário não pode fazer mágica. E acho que esse governo prioriza muito pouco a questão da segurança pública.

Parabéns a V.Ex^a, que trata do assunto que mais assusta os baianos no atual momento.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Meu caro deputado Adolfo Viana, incorporo o seu aparte e quero, mais uma vez, reiterar, fazer este apelo, deputado Rosemberg Pinto, para que o governador do Estado, realmente, reúna-se logo com os bancos, reúna uma força-tarefa para cuidar disso, pois os baianos não aguentam mais tanta violência, não aguentam mais sofrer tanto, e como eu disse: é a economia da Bahia que está sofrendo também. Os pequenos municípios, quando acontece um assalto a banco, sofrem, porque os estabelecimentos ficam fechados e, infelizmente, a economia do município é que sofre.

Então, fica aqui o apelo ao governador para que tome uma solução enérgica, rápida, para que a Bahia não continue sofrendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Com a palavra pelo tempo de 6 minutos o nobre deputado Marquinho Viana.

Antes, porém, deputado, eu queria dar um testemunho histórico da sabedoria daquele que ainda está insepulto, grande líder deste País, um líder político, o saudoso Ulysses Guimarães, que dizia: “No Parlamento chega tudo, só não chega besta”.

Eu vejo aqui dois grandes exemplos: um, pilotando as ações na Secretaria da Segurança Pública, e outro, pilotando as ações na Secretaria da Saúde. Não é preciso declinar os nomes.

Com a palavra o nobre deputado Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Obrigado, nobre presidente. Presidente, eu ouvi atentamente o presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, com a maior propriedade, cobrando as ações do trabalho das comissões. E relatou as comissões que hoje funcionaram, a Comissão de Divisão Territorial, com o deputado Zó na presidência, a de Meio Ambiente, a Comissão Especial da Ferrovia Oeste-Leste (Fiol).

Então, acho que todos os deputados estão com as baterias carregadas, alguns eleitos agora, outros reeleitos, e temos, então, a oportunidade de solicitar desta Casa, V.Ex^a que hoje está na presidência, que tramitem os projetos de lei apresentados pelos deputados, uma vez que, nós, deputados, já solicitamos o desarquivamento desses

projetos, indicações, porque assim a lei determina, que de uma legislatura para outra os projetos de lei que não foram votados sejam arquivados, e nós, deputados, é que temos de pedir para desarquivar. Então, peço a interferência de V.Ex^a, ora presidindo esta sessão, e peço ao nobre presidente que faça tramitar os projetos de lei apresentados aqui pelos deputados.

Tenho alguns projetos nesta Casa de apoio aos municípios, um projeto que altera a indicação de conselheiro para os Tribunais de Contas, pedindo que a UPB, a União dos Municípios da Bahia, indique um membro daquela Casa.

Acho justo que não só prefeitos, mas ex-prefeitos e ex-vice-prefeitos possam estar naquela Casa, que a UPB indique para uma das 7 vagas um representante legítimo dos municípios.

Há outro projeto também arquivado e vou reapresentá-lo. Trata-se da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sobre responsabilidade fiscal. A lei diz que os municípios inadimplentes não podem assinar convênios e não podem receber recursos. A lei ampara exceto nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Então, apresentarei. Estou vendo se é emenda constitucional ou se é alguma lei para que os municípios, que também estão em situação de emergência, que o Estado cumpra, porque diversos municípios, que vão assinar os convênios, às vezes, estão com inadimplência de outros gestores e são impedidos de assinar os convênios e de receber recursos.

O prefeito na ativa não é o culpado pelo erro de outros gestores anteriores.

Então, sei que a legislação também ampara. O prefeito tem de entrar na Justiça, acionar juridicamente o ex-gestor e apresentar essa ação. Penso que isso deveria ser automático. Se ficar comprovado automaticamente a má aplicação dos recursos e se for do outro gestor, o atual gestor não pode ser punido e os moradores não podem ficar sem receber aqueles recursos oriundos de convênios nessa área.

Vejo que a União cumpre fielmente a lei.

Mas o Estado, ainda, precisar dotar as suas áreas jurídicas para que os municípios, que assinem convênios com o Estado nas áreas de educação, saúde e assistência social, não sejam impedidos de assinar por falta daquele mundo de certidões, orçamentos, relatórios resumidos semestral, bimestral, quadrimestral, ou seja, uma série de documentos que dependem, inclusive, da adimplência dos municípios.

Acho justo o seguinte: se, dentro do seu mandato, você tem alguma prestação de contas irregular, é claro que você não pode assinar! Mas é outro mandato e é outro gestor e você não pode pagar pelo pato daquele gestor anterior.

Então, há este projeto tramitando nesta Casa, nobre presidente. Quando o presidente da Casa estiver presente, pedirei para ele fazer um acordo de Lideranças, a fim de tramitar e colocar em votação este projeto, pois vai melhorar, e muito, a agilidade dos municípios que estão pleiteando recursos.

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Para concluir.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Há outro assunto, nobre presidente, que gostaria de deixar registrado nesta Casa. O juiz do município de Tanhaçu proferiu a

sentença confirmando a reeleição do presidente daquela Casa, o vereador Antonio Carlos Brito de Novaes. A eleição foi questionada por falta de proporcionalidade daquela Casa. E, hoje, o juiz proferiu a decisão no sentido de manter e efetivar a eleição que foi um bate-chapa de 6 x 5 daquela mesa diretora do município de Tanhaçu. E a posse será no sábado às 19 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Para concluir.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Então, vejo que, nessa farra de câmaras de vereadores, não se permite. Tudo, hoje, no segundo biênio da mesa diretora, há uma confusão nas Câmaras de Vereadores em todo o País, pois qualquer motivo é motivo para se cancelar posse e não dar a posse ao presidente.

Então, o juiz usou a lei e proferiu, hoje pela amanhã, a decisão no sentido de manter, e que está correta, a eleição do presidente da Câmara Vereadores do Município de Tanhaçu, onde obteve-se 2 mil votos naquela cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- No quanto foi esta Presidência solicitada por V.Ex^a, quero dizer que todos os deputados têm a possibilidade regimental, amparado no art. nº 122 do Regimento Interno, no parágrafo único, de requerer ao presidente o desarquivamento de todos os projetos arquivados, sendo autor ou não dos projetos. Ou seja, se há algum deputado que não voltou ou perdeu o mandato ou não está no mandato e V.Ex^a quer desarquivar algum projeto, pode fazê-lo em, até, 60 dias.

O presidente Marcelo Nilo tem empenhado a palavra no sentido de diligenciar essa tramitação dos projetos de autoria dos Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB, PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, falarão as nobres deputadas Fátima Nunes e Ângela Sousa, respectivamente pelo tempo de 5 minutos e meio.

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Com a palavra a nobre deputada Ângela Sousa pelo tempo de até 5 minutos e meio.

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:- Quero cumprimentar o nosso presidente, deputado Targino, os meus companheiros que aqui estão, as galerias, os nossos amigos que ali estão também, Mateus, assistindo-nos nesta tarde, dizer da importância que tivemos hoje com a Comissão da Fiol, a Comissão da Ferrovia, integração da nossa ferrovia. E saber que é, realmente, um projeto muito importante e de grande valia para o Estado. E nós sabemos que hoje um dos maiores projetos para o Estado é, realmente, a construção da ferrovia e o Porto Sul.

E, na presidência da nossa comissão, a nossa deputada Ivana Bastos, também do PSD, vai fazer o convite para que possamos tomar conhecimento, cada vez mais fortes, especialmente os nossos companheiros que estão chegando também, e que fazem parte da nossa comissão, para que tenhamos uma audiência pública, e que isso

é de uma importância gritante para que acompanhemos o andamento desse projeto tão importante para a Bahia.

Eu digo que é um dos maiores projetos para que a Bahia desenvolva, para que a nossa região sofrida, a região cacaujeira, também tenha investimentos na nossa área de porto e também da ferrovia, onde serão vários empregos surgindo e também várias empresas chegando nessa região.

E foi concordado, aceito por todos os parlamentares presentes, a audiência pública onde serão chamados os órgãos do governo federal como Ibama, TCU, como também órgãos estaduais, como a Casa Civil, a Secretaria de Planejamento, a Infra-estrutura, que nos colocarão a par de como está-se conduzindo esse projeto tão grande. E, logicamente, a deputada Ângela fez esse apelo também, para que após essa audiência pública em nossa comissão, que está para ser marcada, nós também possamos ter audiência pública em Ilhéus, para que nós possamos informar àquelas pessoas que lá estão, e que, quando chegamos em nossas bases, nos perguntam como está o trabalho do nosso Porto Sul e da nossa ferrovia.

Eles estão esperançosos para que as coisas aconteçam, para que possa gerar a economia da nossa região, a economia do Estado e, logicamente, a geração forte de emprego para o nosso povo.

Eu gostaria também de defender e falar sobre a situação do Programa Minha Casa Minha Vida, que acho ser um programa muito importante para todos nós. Mas, a gente precisa, mesmo como base de sustentação, lá onde nós temos em nosso município, em Ilhéus, as queixas gritantes, porque, entregues as casas, há a possibilidade de ser para o carente, e nós estamos vendo pessoas passando essas casas, e ficando aquelas pessoas que não têm onde morar sem aquele bem tão importante, que é o bem da sua própria casa. Além do que as empresas que vencem a concorrência e estão fazendo o Minha Casa Minha Vida deixando a desejar.

Faço um apelo pela Morada do Couto, com quase 3 mil moradores, pois estamos numa situação difícil. É preciso que chamemos a empresa novamente à responsabilidade para consertar pavimentação, buracos, quadras poliesportivas rachando, isso não é possível.

Faço um apelo para que possamos assistir isso, e as empresas que constroem possam fazer de boa qualidade, para que não tenhamos, em menos de 3 anos, essas lutas, e que não temos de ver o *Minha Casa Minha Vida* já com tantos problemas de má formação e má construção das casas, já com rachaduras das quadras poliesportivas, do asfaltamento e da pavimentação. É necessário observarmos isso pois é erário público, e temos de cobrar um bom andamento dessas construções.

Muito obrigada. Deus abençoe.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Com a palavra uma outra ilustre deputada, não de uma região tão rica como a região da deputada Ângela Sousa, mas de uma região mais pobre, sofrida, sertaneja que é, mas guerreira até as últimas horas, deputada Fátima Nunes pelo tempo de até 5 minutos e meio.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, deputado Targino Machado, que preside esta sessão, Srs. Deputados e Deputadas, hoje pela manhã, mais uma vez, orgulhosamente, sentei-me ao lado da primeira mulher presidente deste país, a companheira Dilma Rousseff.

Confesso que me emociono. Para muitos, talvez seja simples estar no Parlamento Estadual ou Federal, mas, para mim, filha de uma mulher trabalhadora da roça, de um quebrador de pedra, garimpeiro, que ao longo desse 60 anos lutei bastante para ver a democracia, a cidadania, a oportunidade de participar da vida política, estar aqui na condição de deputada estadual nesta tribuna e lá também ao lado da presidente. Como ela, talvez diferente nas região, mas parecida nessa guerrilha constante de ter um Brasil decente, justo, de oportunidades para os homens e mulheres, isso me orgulha.

Para minha felicidade, nossos companheiros deputados também estavam presentes, deputado Marcelo Nilo, presidente da Casa, que já é normal, autoridade maior do Parlamento, e os nossos companheiros e companheiras, deputados Gika Lopes, Joseildo Ramos, Bira Corôa, Neusa Cadore.

Como nós nos orgulhamos e enchemos o peito de felicidade por presenciar 920 famílias receberem a chave daquilo que é o maior patrimônio para uma pessoa, para uma família, a sua morada, a sua casa, o seu lugar para voltar.

Percebemos, ao andar nos arredores daquele Solar da Princesa que há muito para ser feito na área de infraestrutura. Aproveitei, ao chegar ao gabinete, para fazer a minha indicação ao governador do Estado, que estava presente e se comprometeu a iniciar ainda neste ano a construção do hospital geral para a cidade de Feira de Santana. Com esse compromisso de cuidar da saúde, embuti também cuidar da infraestrutura, do saneamento básico, porque naquela redondeza há um córrego, há algumas ruas feitas de forma não planejada, de modo que há muita coisa a ser feita em termos de saneamento, de esgotamento sanitário, porque tenho a certeza de que isso também garante a saúde das pessoas, embora eu não seja médica como é o presidente que ora dirige a sessão.

Mas, para encerrar, porque o tempo está bastante curto hoje, falando dessa minha alegria, eu queria saudar todas as mulheres e homens que durante a vida histórica deste país aprovaram e criaram a oportunidade da mulher votar. E isso não foi uma coisa simples. A primeira companheira que votou teve o seu voto impugnado. E somente há 83 anos nós, de fato, tivemos o direito de votar. E só agora o direito reconhecido: 24 de fevereiro, Dia Nacional do Voto Feminino.

Isso é muito importante porque se não fosse essa oportunidade das mulheres votarem e serem votadas, talvez, hoje, ainda não tivéssemos a presidenta Dilma Rousseff com aquele coração, com aquela mente de mulher forte, destemida e preocupada com tantas outras mulheres no nosso país. Como acabou de afirmar hoje: Quero que sejam as mulheres que assinem o documento das suas casas porque a mulher é aquela que sempre cuida da sua família, mesmo ao lado do seu marido ou, às vezes, sendo a chefe da família mas que, às vezes, abre mão de muitas coisas, mas nunca abre mão do cuidado, do zelo, do pertencimento, do entendimento e do

aconchego dos seus filhos, da sua família.

Portanto, eu queria afirmar nesse primeiro dia de fala na tribuna desta Casa no ano de 2015, o compromisso com a família. Oportunamente, estarei também indagando algumas questões à *Rede Globo* que me revolta com certas propagandas que, de certa forma, destroem os valores da família.

Muito obrigada, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Pois não, deputada Fátima Nunes. Como todo catingueiro, sertanejo, a senhora é rápida no gatilho e trouxe preocupações para o seu Líder do Governo, deputado Zé Neto que sentou aqui, estava ouvindo a senhora atentamente no gabinete, já preocupado de que V.Ex^a já chegou em Feira querendo capitalizar votos, trazer votos. Fique confinada lá no Sertão, pelo amor de Deus. Não queira problema com o deputado Zé Neto. Não queira problema com ele.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, por 5 minutos, falará o deputado Augusto Castro e, no restante do tempo, o deputado Pablo.

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Com a palavra o nobre deputado Augusto Castro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente deputado Targino Machado, representante da região de Feira de Santana, meus nobres colegas deputados da Oposição, caros colegas deputados da Base do governo – é importante o deputado Zé Neto, Líder do Governo, estar aqui presente –, deputado Carlos Geilson, chamo a atenção de forma muito especial deste Parlamento para falar sobre a segurança pública no Estado, especialmente na cidade de Itabuna, uma cidade polo da Bahia e que tem hoje uma população de 230 mil habitantes, que é cortada pela BR 10, deputado Carlos Geilson, e que no passado contribuiu de forma decisiva para o crescimento da Bahia e do Polo de Camaçari, no momento em que o cacau gerava muito ICMS e hoje a cidade passa por dificuldade de infraestrutura, na área da saúde, educação, enfim, em todas as áreas. Uma área que tem preocupado muito a cidade de Itabuna, deputado Gika, deputado Robério, é a área da segurança e sabemos do esforço que os setores do governo têm feito, inclusive da Secretaria de Segurança Pública.

Peço a atenção desta Casa no sentido de atender o apelo de Itabuna, que nos últimos seis meses é notícia nacional de crimes entre adolescentes de 14 a 22 anos, que tem aumentado de forma assustadora. A cidade recebe notícia negativa da imprensa e nós precisamos, os representantes, a sociedade civil organizada, os poderes públicos municipal, estadual e federal, usar as políticas públicas para atender a quem mais precisa. A região do cacau, deputado Zé Neto, V.Ex^a que foi votado nessa última eleição naquela região, precisa de um esforço concentrado da sociedade

civil organizada e dos governos. Itabuna, no período da quarta-feira de cinzas, teve 10 assassinatos entre jovens de 16 a 23 anos. Todos nós precisamos entrar nessa luta, que é uma luta conjunta da sociedade brasileira e acho que todos têm essa responsabilidade. Nós, do Parlamento, temos que encontrar medidas emergenciais que possam contribuir para esse debate que envolve o social, que envolve a educação, investimento, emprego, principalmente para a juventude que não tem a oportunidade do primeiro emprego.

Faço um apelo a esta Casa, aos Srs. Deputados e Deputadas, ao Sr. Presidente, à imprensa da Bahia para dar uma maior atenção à cidade de Itabuna. Estamos viajando para Itabuna nesta semana e quero aqui convidar os deputados votados na região do cacau. Iremos nos reunir com o Juiz da Infância e da Adolescência, Dr. Marcos Bandeira; o Promotor Público, Dr. Fabrício; a Defensoria Pública; convidamos também o município através do prefeito e o Secretário de Ação Social, os conselhos municipais, o Conselho Tutelar, o 15º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Itabuna; o coordenador da Cooprin Regional do Sul da Bahia no sentido de fazer uma reunião de trabalho para encontrar uma solução de forma definitiva e trazer para a Secretaria de Justiça, trazer para a Secretaria de Segurança Pública do Estado, para a Secretaria de Desenvolvimento Social, para a Fundac, alternativas para diminuir o índice que Itabuna alcançou.

Fiz o convite também, até pela experiência que tem com o trabalho desenvolvido na Bahia e no Brasil, ao deputado Manasses, que vai a Itabuna mostrar um pouco a sua experiência na fundação que preside e assim contribuir com o debate, contribuir com a sociedade no sentido de encontrarmos um caminho que possa tirar os jovens e adolescentes da marginalidade. É esse apelo que faço a esta Casa, deputado Gika e deputado Zé Raimundo, no sentido de voltarmos uma maior atenção para aquela cidade que tanto contribuiu e precisa contribuir para a Bahia e para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Pablo pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente Targino Machado, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Galerias, Imprensa, venho aqui nesta tarde de hoje falar de uma triste realidade.

Sou filho de Barreiras, me criei lá e tive que vir para Salvador para os estudos como muitos de vocês aqui, amigos do interior. Fiz minha vida aqui, construí minha vida sem ter um amigo, um familiar, minha família ficou toda em Barreiras. Hoje, tenho a nobre missão de representar o município de Barreiras e sua região.

Acontece que estamos vivendo, nos dias atuais, uma triste realidade naquela região. Temos lá o Hospital do Oeste, obra feita no governo Paulo Souto. Mas, independentemente do partido que a executou, foi uma obra muito representativa para nossa região nos últimos 20, 30 anos.

Só que o Hospital do Oeste, conhecido como HO, nos últimos anos, está jogado às traças. Parece um hospital de guerra. Os médicos não recebem salário, faltam leitos, as pessoas não são atendidas, e quando são atendidas precisam pegar senha com alguns gestores municipais da região.

O atual secretário da Saúde teve oportunidade, há 2 meses, ao tomar posse, de visitar nossa região. Ele saiu de lá e não disse infelizmente por que foi.

Temos o nobre colega Antônio Henrique Júnior, que fez uso desta tribuna na semana passada para cobrar a construção do Hospital do Rio Corrente e o Núcleo de Cardiologia e Oncologia junto ao HO. Acho importante, sou favorável à luta pelo Hospital do Rio Corrente, que servirá à bacia de todo o Rio Corrente, região que também represento como deputado estadual.

Não posso acreditar, minha inteligência não permite, que eu posso colocar uma geladeira em casa sem ter comida. Como é que farei e cobrarei do secretário da Saúde a construção de um hospital se tem um hospital ao lado que não funciona, que não paga aos funcionários, que vive à míngua, que não recebe aumento de recurso há pelo menos 12 anos? Não acho justo.

Enquanto isso, os municípios vizinhos – Correntina, do qual o nosso amigo deputado Pedro Tavares é grande representante, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Mansidão, Santa Rita, Wanderley, Cristópolis, Catolândia, Brejolândia e Baianópolis –, vivem a depender do Hospital do Oeste.

O Hospital do Oeste, hoje, é administrado por uma das mais competentes instituições ligadas à saúde, a OSID, Obras Sociais de Irmã Dulce. Temos de ter boa-fé, mas acho que, propositadamente, as pessoas responsáveis, ou seja, o secretário de Estado e seu governador, não estão ajudando, na medida em que estão querendo que a OSID se inviabilize junto ao Hospital do Oeste para que se tome conta com algum outro tipo de administração. Estarei atento a isso. Quero dizer ao secretário e ao governador que estaremos a cobrar.

O ex-governador Jaques Wagner prometeu para todos ouvirem e veiculou na imprensa que construiria um hospital de oncologia no Oeste baiano. Não o fez.

O atual governador foi brincar Carnaval em Barreiras – onde será sempre bem-vindo –, disse que levaria recursos para o Carnaval, que também serão bem-vindos, porque é uma festa que atrai toda a região, gerando riquezas para o comércio com foliões dos estados de Tocantins e Goiás e também de Brasília, e não deu um pio a respeito do Hospital do Oeste.

Estamos aqui com nosso amigo deputado Augusto Castro, que também é votado na região. Deputado Augusto Castro, o governador Rui Costa foi brincar Carnaval e não deu um pio. O Hospital do Oeste está atrasando o pagamento dos seus médicos e o governador não deu um pio a respeito disso.

Gostaria da força e da atuação de todos os deputados estaduais que se encontram aqui, os que são ligados ao governo, para nos ajudar, principalmente aqueles que são votados na região. Enquanto ficamos discutindo, debatendo, as pessoas morrem, ficam nas filas, como é a realidade de todos os hospitais, a maioria dos hospitais do nosso Estado.

Mas vim aqui hoje, especificamente, para dizer que sou favorável à construção do Hospital do Rio Corrente, sou favorável, e é necessário, um Núcleo de Cardiologia, de Oncologia no Hospital do HO, mas é necessário que se cuide, primeiro, de se botar comida dentro de casa antes de se comprar geladeira.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Zé Raimundo; e eu falarei pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Targino Machado):- Pois não.

Com a palavra o nobre deputado Zé Raimundo pelo tempo de 6 minutos.

Antes porém, gostaria, deputado, permita-me, de convocar, convidar o nobre deputado Leur Lomanto para tomar assento nesta cadeira na presidência.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas, deputados, deputadas, presentes nas Galerias Paulo Jackson, imprensa, nossos assessores dos gabinetes, trago inicialmente uma nota triste, que é o falecimento de uma grande companheira do nosso partido de Eunápolis, a companheira Alessandra Moschen Leite, esposa do nosso amigo, companheiro, vereador Lucas Leite. Ela faleceu no início desta manhã em virtude de um acidente de carro nas proximidades de Itabuna, mais precisamente em Arataca. Companheiro combativo, agrônomo, que está com sua família sofrendo a perda da sua companheira. Deixo aqui nossas condolências e sentimentos, em nome dos nossos amigos dos gabinetes meu e do deputado federal Waldenor Pereira, acredito também em nome do nosso Partido a toda a família de Alexandra, a sua irmã Alessandra, sua mãe D. Ana, as cunhadas Mônica Tavares Leite, Maria da Penha Tavares, Marili Tavares e a mãe do companheiro Lucas, D. Lourdes. Nossos sentimentos.

Quero também, Sr. Presidente, aqui, trazer o nosso abraço aos amigos e companheiros da cidade de Iuiú, que está comemorando 26 anos de fundação. Deixo os nossos cumprimentos ao prefeito Carlos Wagner, ao vice-prefeito Guedinho, aos companheiros Raimundo Melo, Uriel, Robson Bezerra, Rubão, ao ex-prefeito Manoel Guedes, aos nossos vereadores José Wilker, Landinho, Robson Barbosa, Jacirleide Almeida. Iuiú é uma cidade que tem experimentado um grande progresso com obras importantes dos governos federal e estadual. E vai continuar nesse ritmo porque são muitos projetos que lá estão sendo já iniciados com o apoio do governador Rui Costa e da presidenta Dilma.

Da mesma forma, gostaria de deixar aqui os nossos cumprimentos, o abraço dos companheiros de Belo Campo, que completou agora 53 anos de fundação, em 22

de fevereiro. Um abraço aos vereadores Manuel Messias, Manuelino Viana, Silvano Adad, Robson Rocha e também os nossos cumprimentos aos nossos companheiros Netinho, Eserlan, Dr. Vivaldo Almeida, aos professores colegas e amigos de profissão, a companheira Naldinha, ao companheiro Paulo. Também Belo Campo vem recebendo muitas obras do governo do Estado e federal e dos mandatos do companheiro Waldenor Pereira, que tem ajudado muito nessa parceria com o nosso mandato.

Finalmente, Sr. Presidente, entro aqui também nesse debate que vem sendo travado, hoje, no Brasil acerca desse fenômeno que todos estamos vendo aí, que é a corrupção e que precisa, nesse momento, de toda atenção da opinião pública, porque parte da mídia, parte da imprensa e setores da sociedade não se conformaram e não se conformam com a presença, na cena política, dos trabalhadores.

São 35 anos do nosso partido, do Partido dos Trabalhadores, e a elite não engoliu. Infelizmente tivemos de fazer uma aliança política, muitas vezes pragmática, uma aliança política muito voltada para o processo eleitoral, sem as grandes transformações que ainda esperamos alcançar neste Brasil.

Muitos avanços conseguimos com o governo Lula, extraordinárias transformações alcançamos, ainda também, com o companheiro Lula, que a companheira Dilma começou a ter dificuldade em função de uma crise internacional do capitalismo.

Mas não há solução fora da política e fora da democracia. O nosso partido teve e tem um papel fundamental na construção de mecanismos democráticos para reformar o Estado brasileiro. É claro que ainda vivenciamos e experimentamos grandes amarras, grandes problemas, e não sei se a minha geração que fundou o PT, que lutou contra a ditadura verá uma democracia plena, porque há muitos problemas, como a violência, como a saúde. Dados relatados aqui pelos nobres deputados Augusto Castro e Pablo Barroso. É um fato concreto o problema da saúde, mas se queremos um Estado forte, interventor, disciplinador, temos de ter também as fontes. Do SUS foram tirados 40 bilhões anuais em Brasília. Nesse 5 anos, aproximadamente 250 bilhões de reais foram tirados do SUS. Não há saúde pública que suporte.

Claro que há problema de gestão, problemas sérios de processos de tomadas de decisões, mas sem mais recursos, não haverá um SUS pleno.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- O nobre deputado Adolfo Viana solicita. Como tem sido um deputado extremamente cavalheiro e responsável, concedo a palavra.

O Sr. Adolfo Viana:- Agradeço, deputado pelo aparte concedido, agradeço também pela generosidade das suas palavras. Gostaria apenas de chamar a atenção ao professor e amigo deputado que o partido de V.Ex^a, o Partido dos Trabalhadores, está à frente do nosso Estado há, pelo menos, 8 anos, assim como, também, da Presidência da República há 12 anos.

A saúde pública vai mal em razão de uma sucessão de erros, a segurança, da mesma maneira. Quem são os culpados, onde erraram, quem errou? Acho que essa responsabilidade não é da imprensa, não é da sociedade; essa responsabilidade, sem

sombra de dúvida, é dos gestores que estão gerindo o nosso País e o nosso Estado. Convido V.Ex^a a fazer uma reflexão sobre esse assunto.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Agradeço o estímulo ao debate, nobre deputado Adolfo Viana, mas repare. Vivemos numa República Federativa, diria até mesmo, que expressa os princípios de Montesquieu. A divisão de poderes da Federação, União, Estados e Municípios. Além disso, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. No fundo, precisamos de um novo Leviatã, de um novo Estado capaz de centralizar os desejos da sociedade, um Estado democrático mas com capacidade efetiva de execução.

Hoje, infelizmente, o Estado brasileiro está em migalhas, compartilhado com vários poderes, com várias instituições legitimamente construídas pela sociedade, mas, infelizmente, o processo diretivo político se fragmenta na hora da execução.

V.Ex^a traz um tema extraordinário. Se o vivêssemos, com certeza não estaria centralizado, como nos países europeus, provavelmente muitas soluções já teriam sido encontradas. Mas a saúde, por exemplo, é da União, da Federação e também dos Municípios. V.Ex^a pode observar que o problema da saúde graça todos os Estados, de todos os partidos, DEM, PMDB, PSDB... É um problema, de fato, muito grave, e precisamos nos debruçar. Mas, aceito, de qualquer maneira.

Acho que também nós temos culpa. O PT precisa fazer sua autocrítica até em função da composição das coligações que foram feitas, da mesma forma também que o PSDB foi obrigado a compor o antigo PFL e, posteriormente, com o DEM, para poder governar. Aceito o debate, e vamos continuar construindo essa reflexão.

Para concluir, agradecendo a tolerância do nosso presidente, essa é uma discussão que precisamos fazer. Contudo, não há saída fora da política e da democracia. A democracia tem de ser um valor universal. Não adianta alguns tentarem insuflar a população. O presidente Lula já disse que vai para as ruas, que vai convocar e mobilizar o povo. Se preciso for, vamos dividir, realmente, este País entre os pobres, os sofridos e os que precisam de uma democracia social e avançada e a elite que só quer o atraso, que só quer se beneficiar do Estado sem uma contrapartida histórica.

São essas as nossas considerações, Sr. Presidente, para esta tarde.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador, nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Quando ouvimos o pronunciamento do professor Zé Raimundo, o tempo passa rápido e tomamos uma aula, acima de tudo, de cidadania. A gente ouve esse mestre atentamente e não perde uma palavra, *ipsis verbis*.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me esqueceu, mas como...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Oh, Excelência, eu viajei na maionese!

O Sr. Paulo Rangel:- Como V.Ex^a foi muito receptivo ao discurso do deputado Zé Raimundo, que se alongou bastante, eu abro mão do meu tempo, até porque quero ouvir os companheiros do PV e do DEM.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Ainda tem o tempo do PT, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Adolfo Viana:- Se o deputado Paulo Rangel quiser fazer uso da palavra, ouviremos com o maior prazer.

O Sr. Paulo Rangel:- Não! Estou abrindo mão, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sendo assim, indicarei por todo o tempo o deputado Augusto Castro.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Itabuna espera pelo deputado Augusto Castro de braços abertos. Ele deve ser candidato a prefeito naquele município. É um candidato fortíssimo. Essa é a oportunidade de um tucano assumir os destinos daquela importante cidade do Sul da Bahia.

Com a palavra o deputado Augusto Castro. V.Ex^a dispõe de até 11 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Obrigado, Sr. Presidente, competente deputado Carlos Geilson da região de Feira de Santana. Quero saudar os deputados da Bancada da Oposição, a exemplo do deputado Pablo Barrozo, que falou de um assunto importante: a saúde. Essa é uma preocupação de todos os baianos e brasileiros. O deputado Pablo Barrozo representa muito bem o Oeste da Bahia, região em que teve uma votação extraordinária. Tenho a certeza de que V.Ex^a, juntamente com o deputado Antônio Henrique Júnior e outros deputados, com a nossa ajuda e de outros parlamentares federais, irá discutir e trazer debates tão importantes para aquela região da Bahia.

Sr. Presidente, venho, mais uma vez, à tribuna desta Casa, na tarde desta quarta-feira, para falar da região cacauzeira. A região do cacau, como relatei, é uma região importante para a Bahia, a qual é composta, aproximadamente, por mais de 68 municípios. A região do cacau teve grandes parlamentares que contribuíram com o debate nesta casa e com o debate de projetos de interesse da Bahia.

Hoje, faço um apelo, nesta Casa, ao governo do Estado da Bahia para que dê importância e atenção ao Sul da Bahia. A região precisa de investimentos, a exemplo da Ferrovia de Integração Oeste-Leste.

Hoje, durante a manhã, conseguimos reunir a Comissão Especial da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, para discutir os projetos tão importantes de infraestrutura e de logística para o Estado e para o País. A região está no aguardo da liberação da licença para a implantação do Projeto Intermodal e do Porto Sul. Virá uma riqueza do Oeste da Bahia, o minério de Caetité, porque o porto é em Ilhéus. A ferrovia pega do Oeste ao Sudoeste, ligando Ilhéus a Figueirópolis.

Quero destacar esse grande empreendimento, que é um empreendimento do povo brasileiro. Esse é um empreendimento que levará o progresso daquelas regiões produtoras para o litoral sul da Bahia.

A implantação, deputado Paulo Rangel, V.Ex^a conhece bem aquela região e gosta daquela beleza natural, desse grande projeto de infraestrutura vai aquecer a economia daquela região do cacau. Vai trazer a duplicação da excelente estrada de Ilhéus a Itabuna, duplicação que está no PAC III.

Esperamos que o governo federal e o Ministério dos Transportes iniciem este ano, dando a ordem de serviço para começar aquela estrada tão importante para o desenvolvimento do Sul e Extremo Sul da Bahia, região que está com uma expectativa grande de receber o Aeroporto Internacional da Costa do Cacau, deputado Pedro Tavares, filho de Ilhéus, filho da região, que conhece bem. A partir de agora, iremos juntos travar essa luta em defesa do cacau, da região Sul da Bahia.

A região tem expectativas, e esperamos que o governo este ano consiga concluir a barragem do Rio Colônia, entre Itapé e Itaju, que vai atender a Itabuna, vai melhorar o sistema de abastecimento de água de Itabuna, para que esse município possa atrair indústrias e gerar riqueza, para que o cacau possa ter outras culturas.

Além disso temos outros investimentos previstos, e que já foram iniciados pelo governo federal, como a Universidade Federal do Sul da Bahia. Essa universidade trará uma nova dinâmica para a região de Itabuna, Ilhéus e para tantos outros municípios, com potencial mineral, turístico e da mata atlântica do Sul da Bahia.

Espero que este ano o governo consiga – conforme promessa do governador e do secretário da Saúde – implantar o Hospital Regional da Costa do Cacau, que ficará entre Ilhéus e Itabuna, mais precisamente no Banco da Vitória. Esperamos que esses projetos saiam do papel e venham trazer uma tranquilidade, deputado Pedro Tavares, para aquela região; que venham trazer novas expectativas e melhorar a infraestrutura do Sul da Bahia. Mas, para isso, deputado Adolfo Viana, deputado que contribuiu muito e discutiu alguns assuntos inerentes ao cacau na legislatura passada...

Em 1988, o falecido deputado Daniel Gomes apresentou um projeto de criação da Região Metropolitana de Itabuna. Esse projeto precisa, agora, do apoio desta Casa de forma suprapartidária.

Deputado Paulo Rangel, V. Ex^a que é da base de apoio ao governador e que tem prestígio com o governo, precisamos contar com seu apoio para tirar do papel esse importante projeto de criação da Região Metropolitana do Sul da Bahia. Ilhéus-Itabuna/ Itabuna-Ilhéus, hoje, congrega mais de 60 municípios. Há o turismo, o cacau, a mata, que preserva aquele produto tão importante para a economia daquela região.

Estou apresentando nesta Casa, e fazendo indicação ao Sr. Governador do Estado – claro que se trata de um projeto do Executivo para o Legislativo – o projeto de criação da Região Metropolitana. Tenho contado com a ajuda de vários parlamentares, em especial de um deputado que é votado na região do cacau, o deputado Pedro Tavares.

Encaminho o projeto, neste momento, e sugiro ao Sr. Governador a criação da importante Região Metropolitana do Sul da Bahia. Precisamos discutir, porque tenho certeza de que essa é uma ação suprapartidária. O governo terá interesse em implantar a Região da Costa do Cacau – Região Metropolitana do Sul da Bahia. O

Estado, com a região metropolitana, terá várias alternativa para beneficiar diretamente a população. Por exemplo: o transporte coletivo, a revitalização do Rio Cachoeira, entre Itabuna e Ilhéus, a tarifa do transporte, os recursos hídricos que podem chegar para a região, o lixo, o aterro sanitário, tarifas telefônicas. Essa é a vantagem de municípios serem contemplados com uma a região metropolitana. O Estado de Santa Catarina tem mais de seis regiões metropolitanas. A nossa idéia é essa criação da Região Metropolitana do Sul da Bahia, que consta na Constituição desta Casa desde 1988.

Faço um apelo ao Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, para indicar e encaminhar essa importante reivindicação do Sul da Bahia, para que o governador possa mandar a esta Casa um projeto que vai deixar o Sul da Bahia muito feliz. É o sentimento que acontece hoje. O Sul da Bahia no passado discutiu a criação do Estado de Santa Cruz, quis-se dividir a Bahia, dividir o Oeste e o Sudoeste da Bahia. Hoje, precisamos integrar as regiões da Bahia, fortalecer os municípios, e a criação da região metropolitana é um instrumento importante.

Isso foi feito em Feira de Santana, na Assembleia Itinerante. Eu estava discutindo há pouco com o deputado Carlos Geilson. Tenho certeza de que o governador fará isso, com a ajuda do Líder do governo, com a ajuda do Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, a quem faço um apelo, e dos deputados da base do governo, com o nosso Bloco de Oposição, que é um Bloco aguerrido, que conhece a realidade de todas as regiões do Estado, principalmente a região do cacau.

Concedo um aparte ao meu nobre amigo, filho da região, deputado Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares:- Meu nobre deputado Augusto Castro, quero parabenizá-lo pelo discurso, parabenizá-lo, também, pela iniciativa dessa importante indicação para a criação da Região Metropolitana do Sul da Bahia e pelo mandato que desenvolve em prol da nossa região. V.Ex^a mostrou todo o conhecimento que tem da região Sul, de Ilhéus, Itabuna, e mostrou que o governo do Estado ainda tem que realizar muito, trabalhar muito nas cidades daquela região.

V.Ex^a cobrou a barragem do Rio Colônia. Cadê a barragem do Rio Colônia? V.Ex^a cobrou a duplicação da BR-415, no trecho Ilhéus/Itabuna. Cadê a duplicação da BR-415? V.Ex^a também sabe da importância da recuperação do Centro de Convenções e do Teatro Municipal. São obras que se encontram paradas e o governo do Estado nada diz, nada fala, e estão lá dois grandes equipamentos parados. V.Ex^a também cobrou a questão do Porto Sul, que é um sonho da região cacaueira, que pode vir a ser um novo vetor de desenvolvimento da nossa região, uma região que sofreu muito com a crise do cacau e que pode ser beneficiada com a criação do Porto Sul. E a gente não tem notícia de nada do Porto-Sul.

A população da região Sul da Bahia está descrente com relação à realização, à criação e à efetivação do Porto Sul da Bahia. Então, deputado Augusto Castro, V.Ex^a mostra realmente que é um legítimo representante da região Sul da Bahia, mostra o conhecimento das principais dificuldades daquela região. Conte comigo, deputado Augusto Castro, na luta e na defesa da nossa tão querida região Sul da Bahia.

Parabéns, mais uma vez, pelo excelente discurso.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Agradeço ao deputado Pedro Tavares, que é um deputado preocupado com a Bahia, com os municípios onde foi votado, e também tem preocupação, de forma especial, com o Sul da Bahia.

A indicação que estamos protocolando agora nesta Casa, para o Sr. Governador do Estado, destaca a importância dos municípios, como Ilhéus, Itabuna, Ibicaraí, Buerarema, Barro Preto, Coaraci, Floresta Azul, Itacaré, Almadina, com base no estudo do projeto do Porto Sul.

É claro que é uma região, deputado Paulo Rangel, em que os municípios são muito próximos, com distância de, no máximo, 60 quilômetros, diferentemente do Oeste da Bahia onde temos municípios num raio de 100 a 120 quilômetros.

Então, peço aqui, Sr. Presidente, de forma especial, o apoio desta Casa no sentido de o governo encaminhar, tratando-se de um projeto que tem que ser do Executivo para o Legislativo o apoio de forma suprapartidária e dizendo a importância da região para a Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Parabéns ao deputado Augusto Castro pelo seu pronunciamento aparteado pelo deputado Pedro Tavares.

Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de, até, 12 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, vou falar pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Então, é sinal de que teremos uma palestra e uma verdadeira aula do Dr. Paulo Rangel. Fiquemos todos atentos e vocês, também, que assistem pelo canal *TV Assembleia*.

Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, escutei, aqui atentamente, o discurso do deputado que me antecedeu. Diria que foi uma verdadeira aula em relação às necessidades e em relação às possibilidades de desenvolvimento da região Sul da Bahia. Ele é um deputado capacitado e está em seu segundo mandato. Ele é estudioso e faz um discurso de oposição em uma linha muito interessante que é muito propositiva. O deputado aponta algumas situações e aponta, também, soluções. O deputado faz indicativo.

Mas é bom, também, Sr. Presidente, que se diga que existe um novo despertar naquela região que se deu justamente a partir do advento do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

Aquela região, sem dúvida alguma, foi uma das regiões que mais contribuíram para o desenvolvimento da Bahia durante décadas e décadas. Mas, inclusive, ocorreram erros de planejamento, um erro estratégico, onde praticamente toda a economia era baseada na monocultura. E, a partir de uma determinada praga, aquela região passou a viver uma situação de grandes dificuldades, mas dificuldades superáveis, pois elas podem ser superadas não só em relação ao combate específico à

chamada vassoura de bruxa, mas, principalmente, pelo enorme potencial que aquela região possui em praticamente em todas as áreas.

No turismo, esta é uma área que se desenvolve bastante. No transporte, principalmente em relação ao escoamento da nossa produção para fora do País, esta se dará com a instalação do Porto Sul.

Eis uma região que possui, realmente, todo um potencial. E para que a região se desenvolva, é necessário, realmente, que algumas obras sejam desenvolvidas e que possibilitem, inclusive, eu diria, uma situação de mais confortabilidade interna, porque é uma região inclusive que pode e vai se destacar muito, principalmente em relação a se tornar um polo educativo.

Falou-se, aqui, da duplicação da ponte de Ilhéus. Isso é muito importante. A duplicação daquela rodovia Ilhéus/Itabuna, que se faz mais do que necessário. A implantação de um novo aeroporto estratégico em todos os sentidos, não só dentro de uma visão voltada para o turismo, mas também, dentro de uma visão voltada para a exportação principalmente de produtos, isso deve ser visto.

Então, quero aqui dizer que foi um discurso importante, que merecia, inclusive, ter sido ouvido por mais parlamentares nesta Casa para que enxergassem melhor o potencial e as necessidades daquela região.

Mas sou daquele, Sr. Presidente, que estou muito otimista com o Brasil e com a Bahia. E estou muito otimista porque fui daqueles, que fui deputado desta Casa ainda na Oposição e pude presidir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, aqui, ainda na Oposição e naquela época eu contratei uma equipe de economistas, um deles inclusive, doutor pela Universidade Federal da Bahia, para que fizéssemos um diagnóstico econômico da Bahia e o que ali constatamos, realmente, não foi nada positivo.

O modelo de regulação da economia baiana, ele colocava, deputado Gika, praticamente, 90% dos investimentos da Bahia e 90% da geração de empregos aqui na região metropolitana. Isso já não mais acontece. Essa lógica começa a ser invertida. E a Bahia era um estado de uma carência incrível em todas as áreas, fosse ela na área de infraestrutura, fosse ela na área social, na área econômica, em todos os aspectos, porque existia, como coloquei aqui, uma visão de desenvolvimento onde não se olhava, realmente, para o interior do estado e aquela era uma região que vivia um momento de profunda crise, que podia inclusive, se buscar superar elementos daquela crise no momento em que essa crise se estabeleceu.

Mas esse olhar ele não existia e quando o deputado hoje chega aqui e faz esse discurso, muito embora seja um deputado de Oposição, a gente vê que o deputado faz, tendo inclusive uma expectativa positiva. E essa expectativa positiva é produto de um despertar, porque algumas obras já têm sido tocadas e existe, realmente, todo um planejamento, toda uma divulgação daquilo que pode ser feito e que com certeza será feito no Estado da Bahia. Fora, o quanto temos avançado em relação às Universidades Federais, que, inclusive, eu toquei aqui *em passant*.

Nunca experimentamos um desenvolvimento regional como estamos vendo. Eu, por exemplo, assisti a criação da Universidade Federal do São Francisco, onde se

instalou um campus em Petrolina, um *campus* de tecnologia em Juazeiro e outro *campus* em São Raimundo Nonato. Por incrível que pareça, a minha cidade Paulo Afonso, uma cidade muito rica em conhecimento tecnológico, principalmente na geração de energia elétrica, na construção de grandes empreendimentos, ficou fora. E hoje temos uma Faculdade de Medicina em Paulo Afonso.

Nós estamos assistindo o espriamento de universidades federais na Bahia como nunca vimos, como também de universidades que se espriam também regionalmente, com vários *campi* no interior, como não acontecia antes. Antes, nós tínhamos universidade federal de Salvador, porque não era Universidade Federal da Bahia.

O deputado Zé Raimundo, por exemplo, a gente nota aqui a felicidade do deputado Zé Raimundo de ter sido prefeito de Conquista por duas vezes. O deputado Zé Raimundo sabe muito bem o desenvolvimento alcançado por Vitória da Conquista, talvez a cidade que mais se desenvolve em todo o Nordeste a partir do advento do governo Lula.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Portanto, queremos aqui nos despedir no dia de hoje desta tribuna dizendo que está de parabéns o deputado Augusto Castro. E volto a frisar, esse discurso deveria ser ouvido por um maior número de deputados.

Um aparte ao deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Nobre deputado Paulo Rangel, parabéns por essa belíssima intervenção. O papel da Universidade do Sul da Bahia, o seu modelo, vai ser diferenciado, porque vai articular o ensino médio público com escolas para poder os alunos irem para a universidade. Uma revolução que acontecerá no Sul da Bahia, inclusive um projeto bancado filosoficamente pelo Boaventura de Sousa Santos e o ex-reitor Naomar de Almeida Filho, que escreveram um livro chamado “Universidade Nova”, traduzido no mundo inteiro.

Então, o Sul da Bahia está de parabéns. Vamos depois fazer um debate aqui e trazer dados para a gente, digamos assim, iluminar mais ainda o que V.Ex^a esboçou agora, as potencialidades, os grandes avanços que as regiões da Bahia estão sofrendo em função da presença do PT no governo nacional e também do governador Jaques Wagner. Naturalmente, as regiões, com lideranças como V.Ex^a, que lutou muito por Paulo Afonso, da mesma forma como o deputado Augusto Castro e outros deputados lutam por suas regiões.

Parabéns, portanto, por essa belíssima intervenção nesta tarde.

O Sr. Augusto Castro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, incorporo e passo o aparte ao deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- Deputado Paulo Rangel, V.Ex^a, que tem sido um grande deputado em defesa tanto da região Francisco como de todo o território do Estado da Bahia, está certo. Acho que o Sul da Bahia está num clima de expectativa e desenvolvimento. Uma região que no passado contribuiu com o ICMS para a construção do Polo de Camaçari e hoje vive da monocultura do cacau precisa ter

alternativas econômicas, geração de empregos.

Existem, no governo federal, vários e vários projetos para aquela região. Então, há a necessidade da implantação da Região Metropolitana do Sul da Bahia. Em Ilhéus e Itabuna, num trecho de 25, 26 quilômetros, temos a Ceplac, a Universidade Estadual Santa Cruz, que o professor Zé Raimundo conhece muito, porque a UESC também tem essa referência na Bahia, temos o projeto da ponte Ilhéus-Pontal, esperamos que esse projeto realmente consiga sair logo para gerar um conforto para o Sul da Bahia.

Então, eu gostaria de contar com o apoio desta Casa, de todos os parlamentares, tanto da base do governo como da Oposição, para poder levar ao governador essa reivindicação, que é um sentimento do Sul da Bahia, que no passado trabalhou pela divisão e criação do Estado de Santa Cruz. Precisamos unificar as regiões. Então, a Região Metropolitana Ilhéus-Itabuna é um grande presente que o governo poderá nos dar, neste momento de expectativa, de crescimento. O deputado Pedro Tavares conhece a realidade, é filho da região, tem esse sentimento que hoje toma conta do espírito do povo grapiúna.

Eu gostaria de contar com o apoio de todos os parlamentares, principalmente da base do governo, para o governador mandar para esta Casa o projeto de implantação da Região Metropolitana de Ilhéus e Itabuna e agradecer a intervenção de V.Ex^a, um conhecedor – não sabia que conhecia tanto de cacau e de litoral, mas realmente conhece. O deputado Rangel está de parabéns, conhece cacau e conhece um pouco de litoral. Isso é muito importante.

Então, peço o apoio desta Casa, o apoio de V.Ex^a, do deputado Zé Raimundo e tantos outros deputados, Sr. Presidente, para a implantar a Região Metropolitana do Sul da Bahia.

Muito obrigado. Agradeço a V.Ex^a o apoio a esse excelente projeto de toda a Bahia e da região do cacau.

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e o incorporo.

Finalizando, aquela região, muito embora tenha uma geografia totalmente diferente da geografia do Médio São Francisco, principalmente aquela região que abrange Juazeiro e Petrolina – nós temos uma RIDE lá, temos a Região Metropolitana – não se justifica, porque são dois Estados diferentes, ter-se uma Região Metropolitana em Petrolina, Juazeiro, quando se tem uma dimensão geográfica – e sou representante daquela gente. Tem-se uma situação, eu diria muito parecida do ponto de vista da importância daquelas duas cidades que quando se juntam formam uma verdadeira capital. É a realidade de Juazeiro e de Petrolina também. São centros econômicos que se articulam de uma forma até natural como praticamente nenhuma outra. Por quê? Porque existe uma congruência muito grande principalmente em relação ao processo produtivo e cultural.

Então, acho que esta Casa precisa realmente atentar para a importância da criação dessa Região Metropolitana e acho que V.Ex^a vai contar, assim como os deputados originários daquela região, com o apoio de toda esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do Sr. Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, devido o baixo número de deputados no Plenário, peço a V.Ex^a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex^a será atendido.

Quero parabenizar o deputado Gika que, sábado, completou idade nova, 56 anos. Bem sei, deputado, porque foi no mesmo dia em que nasci, 21 de fevereiro.

Deputado Paulo Rangel, é motivo de muita alegria, muita satisfação, um dos mais brilhantes deputados desta Casa, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

Presidindo a sessão, o tempo vai passando, passando, e cada vez mais quer ouvir pronunciamentos como esse que acabou de fazer o deputado Paulo Rangel. Mas, como não há número suficiente de deputado para continuidade da sessão, declaro-a encerrada. Amanhã estaremos de volta no horário regimental.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*